

Marcelo Máximo Purificação | Reginaldo Peixoto
Cláudia Patrícia Nunes Almeida
(Organizadores)

REFLEXÕES sobre a SOCIEDADE HUMANA:

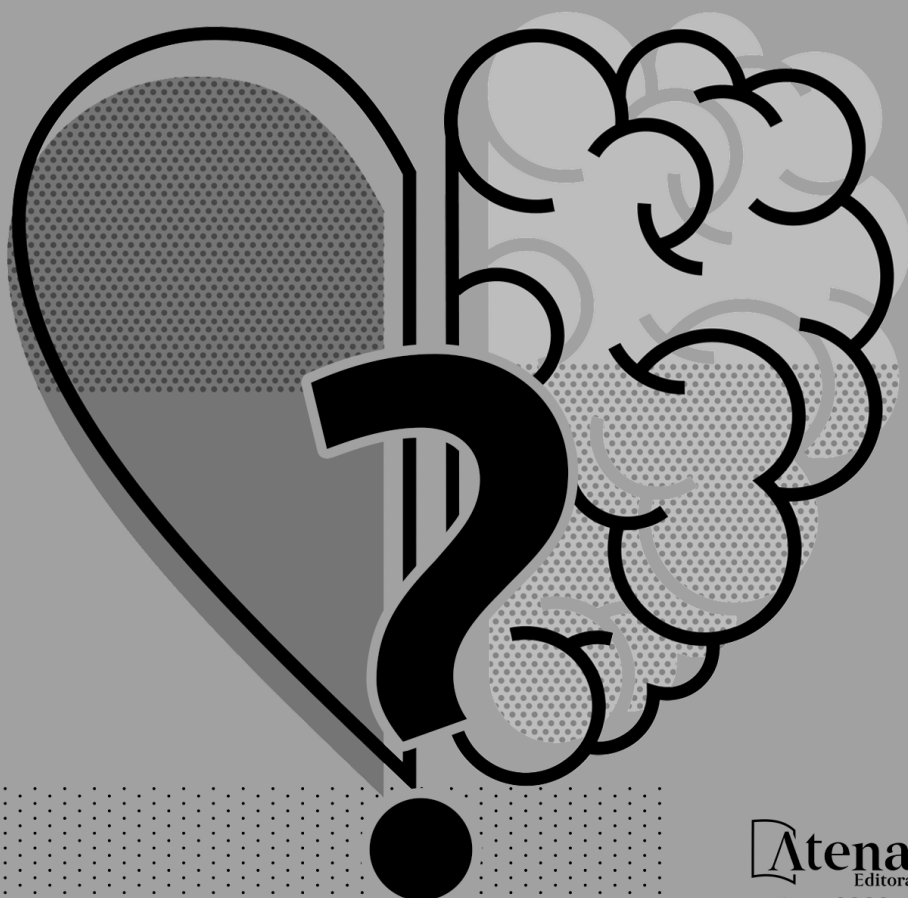
Perspectiva Filosófica e Sociológica



Marcelo Máximo Purificação | Reginaldo Peixoto
Cláudia Patrícia Nunes Almeida
(Organizadores)

REFLEXÕES sobre a SOCIEDADE HUMANA:

Perspectiva Filosófica e Sociológica



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Moura Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Reflexões sobre a sociedade humana: perspectiva filosófica e sociológica

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
 Reginaldo Peixoto
 Cláudia Patrícia Nunes Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Reflexões sobre a sociedade humana: perspectiva filosófica e sociológica / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Reginaldo Peixoto, Cláudia Patrícia Nunes Almeida. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-1902-0

<https://doi.org/10.22533/at.ed.020231411>

1. Socialização. 2. Filosofia. 3. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Peixoto, Reginaldo (Organizador). III. Almeida, Cláudia Patrícia Nunes (Organizadora). IV. Título.

CDD 303.32

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.





Caros/as leitores/as, saudações.

Apresentamos a obra “Organização Reflexões sobre a Sociedade Humana Perspectiva Filosófica e Sociológica”, composta por 4 capítulos cujas temáticas navegam suavemente nos liames da Filosofia e Sociologia, dando ao trabalho um caráter interdisciplinar com centralização nas ciências humanas e sociais. O primeiro capítulo, teve por objetivo conceitualizar o estudo da escravidão no período republicano romano, baseando-se na construção da imagem do escravo na comédia latina. Mediante essa proposição, foi elencada como fonte principal a obra de Titus Maccius Plautus, intitulada “Captivi” ou “Os Cativos”. O segundo capítulo, realizou como objetivo a exposição de um aspecto central da teoria luhmanniana, que é a sua teoria da comunicação, visando demonstrar de que forma ela se constitui num esforço teórico original que foge à dualidade entre indivíduo e sociedade, que marcou a maior parte do fazer sociológico ao longo do tempo. O terceiro capítulo, contextualizou a situação histórica que serviu de preâmbulo, para levantar o fechamento do arquivo Lukács como fato disparador da pretensão de ligar este fato histórico contemporâneo com o diagnóstico apresentado pelo filósofo húngaro em sua obra A Destruição da Razão, a saber o seu polêmico diagnóstico de ‘irracionalismo filosófico. O quarto capítulo, buscou descrever os padrões de comportamento político na América Latina, buscando compreender as possíveis associações das variáveis do comportamento político. Portanto, uma obra rica de reflexões e com possibilidades de contributos nas mais variadas áreas em que seja possível estabelecer conectivos dialógicos com a Filosofia e Sociologia, entre as quais, estão a educação, a história etc. Isto dito, desejamos a todos/as boas leituras e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Reginaldo Peixoto

Cláudia Patrícia Nunes Almeida

CAPÍTULO 1	1
A ESCRAVIDÃO SEGUNDO <i>TITUS MACCIUS PLAUTUS</i> EM SUA OBRA "CAPTIVI"	
Lucas Cairê Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0202314111	
CAPÍTULO 2	11
PENSANDO O SOCIAL FORA DA DUALIDADE INDIVÍDUO/SOCIEDADE: A TEORIA DE NIKLAS LUHMANN	
Emerson Palmieri	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0202314112	
CAPÍTULO 3	24
O FECHAMENTO DO ARQUIVO LUKÁCS EM BUDAPESTE E A DESTRUIÇÃO DA RAZÃO	
Mateus Soares de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0202314113	
CAPÍTULO 4	39
COMPORTAMENTO POLÍTICO ENTRE OS LATINO-AMERICANOS	
José Vitor Lemes Gomes	
Bruna Hana Santos Paixão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0202314114	
SOBRE OS ORGANIZADORES	64
ÍNDICE REMISSIVO	66

A ESCRAVIDÃO SEGUNDO TITUS MACCIUS PLAUTUS EM SUA OBRA “CAPTIVI”

Data de submissão: 18/09/2023

Data de aceite: 01/11/2023

Lucas Cairê Gonçalves

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/6934160187448979>

RESUMO: A comunicação aqui apresentada tem como finalidade explorar, por meio de comédias latinas produzidas durante o período republicano, as relações e as práticas escravistas entre os romanos. Para isso, foi selecionada a comédia “*Captivi*” ou “Os Cativos” produzida por *Titus Maccius Plautus* (254-184 a.C.) ou somente Plauto. O estudo do tema se fez por meio da discussão sobre a República romana, a escravidão, o teatro e sobre comédias latinas, com a finalidade de demonstrar a relação entre a obra, o autor e seu contexto de produção. Por se tratar de um texto cômico, a discussão teórico-metodológica norteou-se pelos elementos próprios da comédia tais como o exagero, a linguagem vulgar e por vezes ultrajante, as críticas leves e as situações que fogem à realidade, com o intuito de promover o riso no público espectador. Todos os elementos anteriormente citados aludem a Plauto e seus escritos cômicos, no século II a.C.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão romana; Teatro Romano; República Romana; Titus Maccius Plautus;

SLAVERY ACCORDING TO *TITUS MACCIUS PLAUTUS* IN HIS WORK “CAPTIVI”

ABSTRACT: The communication presented here is to explore, through latin comedies produced during the Republican period, the relations and practices of slavery among the Romans. Following this purpose it was selected the comedy “*Captivi*” or “The Captives” produced by *Titus Maccius Plautus* (254-184 BC) or just Plautus. The study of the topic was carried out through a discussion of the Roman Republic, slavery, theater and latin comedies, aiming to demonstrate the relationship between the work, the author and its production context. As it is a comical text, the theoretical-methodological discussion was guided by the elements typical of comedy such as exaggeration, vulgar and sometimes outrageous language, light criticism and situations that escape reality, with the aim of promoting laughter in the viewing public. All the previously mentioned elements allude to Plautus and his comic writings, in the 2nd century BC.

KEYWORDS: Roman Slavery; Theatre of ancient Rome; Roman Republic; Titus Maccius Plautus;

INTRODUÇÃO

A Comédia Nova é uma vertente da dramaturgia grega que surge por volta do século IV a.C., nela se encontram os elementos característicos das peças de *Titus Maccius Plautus*. Os estudos, realizados para esse capítulo, levaram em consideração as discussões historiográficas centradas na escravidão durante os últimos anos do período republicano, bem como os elementos característicos do texto cômico na construção da imagem do escravo, partindo de um levantamento bibliográfico que permita atualizar as discussões em torno da escravidão romana, especialmente nos anos finais do período republicano. É importante ressaltar que o escravo é um personagem bastante presente no teatro romano, tal fato demonstra o papel significativo que ocupava na estruturação dessa sociedade.

Em se tratando de um texto cômico, a discussão teórico-metodológica está voltada à compreensão dos elementos próprios da comédia, cujo foco central é promover o riso. Para tanto, a construção do texto está pautada no exagero, na linguagem ultrajante, na apresentação de situações destoantes da realidade, elementos característicos da comédia plautina. O objetivo principal desse capítulo é conceitualizar o estudo da escravidão no período republicano romano, baseando-se na construção da imagem do escravo na comédia latina. Mediante essa proposição, foi elencada como fonte principal a obra de *Titus Maccius Plautus*, intitulada “*Captivi*” ou “Os Cativos”.

TITUS MACCIUS PLAUTUS

Titus Maccius Plautus ou Tito Mácio Plauto, conhecido também somente como Plauto, foi um dramaturgo romano que viveu durante o período republicano romano. Nascido em Sarsina, na Úmbria, por volta de 254 a.C., foi para Roma ainda jovem onde trabalhou em diversos ofícios até atuar na profissão que lhe trouxe renome. No desenvolvimento de seu estilo artístico, Plauto buscou influências de dramaturgos gregos antecedentes a ele, como Menandro e Aristófanes. A originalidade de Plauto é reflexo de sua criatividade na adaptação das circunstâncias presentes em seu meio.

Plauto se insere em um contexto de transição entre o drama grego para a linguagem romana. A construção dos personagens em suas peças representa uma das características mais marcantes de sua genialidade. Ao inserir elementos do cotidiano, as apresentações de suas peças levam o público a se identificar com características comuns entre esses elementos que dialogavam com as experiências cotidianas de seus espectadores. Além disso, os tipos de personagens em suas composições possuem caráter repetitivo, ou seja, encontram-se os mesmos arquétipos em variadas peças como as barregãs, os idosos, os escravos, os soldados. Por ter vivido em um período de expansão da república romana, Plauto faz questão de inserir elementos em seus trabalhos que aludem a esse contexto,

como por exemplo: as migrações de soldados para combater em outras regiões; a captura e venda de prisioneiros de guerra como escravos; intrigas políticas; a riqueza de uns em comparação com a pobreza de outros e etc.. Nas obras de Plauto é possível encontrar a incorporação do prólogo, onde o autor aproveita para apresentar o enredo da trama e introduzir as características dos personagens, facilitando a identificação do público de quem seria a representação do antagonista, do herói, porque ele era considerado vilão, qual seria o desfecho, acarretando uma expectativa no público que os envolviam ainda mais para com a peça.

Estima-se que Plauto tenha escrito em torno de 130 peças, das quais apenas 21 sobrevivem para seu uso nos dias de hoje. Essas possuíam um caráter divertido, jocoso, eram escritas de forma a ter um “sabor” que agradasse melhor as plateias romanas. Dentre suas obras podemos citar “O soldado fanfarrão”, “Anfitrião”, “A comédia da Marmita”, “Os Menecmos”, “A comédia dos Burros”, “Os Cativos”, escritas aproximadamente no período de 205 a.C.–180 a.C.. Como demonstra Juliana da Rosa (2017, p. 11):

De acordo com Paratore, Varrão dividiu as 130 comédias atribuídas a Plauto em três grupos distintos: 90 dessas eram certamente ilegítimas. Das 40 restantes, 19 de autoria duvidosa e, portanto, nomeadas de “pseudo-varronianas” e, por fim, 21 seguramente plautinas e, por isso, chamadas de varronianas. Paratore destaca que de tão contundente essa classificação, de fato somente 21 comédias continuaram a ser traduzidas e lidas ao longo do tempo.

CAPTIVI

Como mencionado anteriormente, a peça *Captivi* ou *Os Cativos*, escrita por volta do século II a.C., foi uma das produções sobreviventes de Plauto ainda trabalhadas nos dias de hoje. Plauto inicia sua peça apresentando o contexto, os personagens principais e a trama central. Nessa comédia, as regiões de Etólia e Élis estão em guerra. O enredo gira em torno da história de um cidadão etólio chamado Hégio, cujos dois filhos, Tíndaro e Filopólemo, foram separados de seu pai em diferentes momentos. Tíndaro foi sequestrado e vendido como escravo na região de Élis quando tinha apenas quatro anos de idade. Já Filopólemo foi capturado como prisioneiro de guerra e mantido na cidade de Élis. Para tentar reaver Filopólemo, seu filho mais velho, Hégio compra dois escravos capturados em Élis na guerra contra a Etólia, cujos nomes são Tíndaro e Filócrates. Ao fazer isso, Hégio acredita que poderá barganhar Filócrates em troca de Filopólemo. Com a finalidade de enganar Hégio para conquistar a liberdade, esses dois escravos invertem seus papéis: Filócrates, que era dono de Tíndaro, se passa por escravo e é enviado por Hégio para Élis com a missão de tratar das negociações enquanto Tíndaro, que assume a identidade de Filócrates, mantém-se na casa de Hégio. Após descobrir a ardileza desses dois escravos, Hégio fica furioso e ordena que Tíndaro seja castigado por tal atitude deplorável. Quando

Filócrates retorna para a casa de Hégio, traz consigo não apenas seu filho Filopólemo, mas também um outro homem, de nome Éstalagmo, o responsável por anos atrás sequestrar o seu filho mais novo, que para a surpresa de Hégio era Tíndaro. Em certo momento da peça, Hégio se arrepende por ser o responsável em castigar duramente seu filho desaparecido. No final de *Os cativos*, os dois filhos perdidos de Hégio retomam sua liberdade e seu título de cidadãos romanos.

É perceptível nessa obra a fiel relação entre escravo e amo, no tocante em que há a satisfação e até uma gratidão em realizar as vontades de seu dono. Sabendo que havia a possibilidade de ser castigado ou de ser abandonado por Filócrates, Tíndaro aceita de prontidão o plano de inversão de papéis entre os dois. Contudo, a sorte dos escravos depende majoritariamente do humor de seu dono, uma vez que eram vistos como parte de uma “categoria inferior”. Na república romana, embora haja registros de fugas e revoltas, a grande parcela de escravos aparenta não aderir a isso ou, se fizeram, ocorreu de maneira relativamente baixa. O escravo estava nas mãos de seu dono, isso significava que a qualquer momento poderia ter recebido sua liberdade ou uma punição. A relação entre Tíndaro e Filócrates representa bem essa fidelidade que alguns escravos possuíam com seus senhores, uma relação de proximidade e afinidade observada quando Tíndaro não só aceita toda a culpa e punição imposta por Hégio por seguir às ordens de seu amo, Filócrates, mas também uma satisfação em o fazer, a sensação de “dever cumprido” com seu dono.

Plauto demonstra nessa obra que embora a escravidão seja um ramo presente, e de certa forma essencial, nas estruturas da sociedade romana, ela é um sistema passível de confusões e crueldades, que abre margem para homens livres serem confundidos com escravos ou conquistados através de guerras, perdendo o direito à liberdade, passando a viver uma vida em função das vontades e desejos de seu amo. Os senhores de escravos eram amparados por leis que garantiam o domínio sobre seu escravo, permitindo o uso de medidas violentas como forma de garantir sua obediência. O escravo detinha consciência de que sua vida não era plenamente sua, não sendo um cidadão romano, não desfrutava dos direitos que um cidadão possuía. Aos que não se portavam como escravos fiéis ou obedientes, a punição era iminente, castigos variados ou até mesmo a morte. Consequentemente, o desejo de liberdade é um sentimento constante na vida dos escravos.

ROMA E A ESCRAVIDÃO

No período republicano romano, situado entre os séculos IV a.C a I a.C., a condição do escravo é fundamentada na ausência de tempo livre, sendo comparável a um animal cuja função é trabalhar e descansar para recobrar as forças para trabalhar novamente. Esse indivíduo é inserido em um contexto em que seu corpo é visto como uma propriedade

que, seguindo esses preceitos, é passível de dominância, exploração e punição. Paul Veyne (2009, p. 58) abre um panorama entre a relação escravo e senhor ao escrever que:

A relação entre escravo e senhor é ao mesmo tempo desigual e inter-humana; portanto, o senhor “amará” seu escravo, pois qual senhor não ama também seu cão [...] A escravidão antiga foi uma estranha relação jurídica, induzindo banais sentimentos de dependência e de autoridade pessoal, relações afetivas e pouco anônimas.

Por não serem considerados cidadãos, eles não detinham direitos ou uma voz em Roma. Juristas romanos, como Paulo e Domício Ulpiano, salientam que a alimentação e a vestimenta dos escravos eram delimitadas conforme sua categoria, ou seja, *secundum ordinem et dignitatem*. Nessa perspectiva, os escravos não constituem uma classe social, já que seu estatuto era configurado como um aspecto mais jurídico e ideológico da sociedade ao invés de uma realidade mais socioeconômica. A lei também retificava a condição existencial do próprio escravo, segundo a *Lex Aquilia* (III a.C.), por estarem na categoria de “posse”, de “propriedade”, baseado nessa lei, caso ocorresse algum dano que causasse dolo a seu dono, seja por morte ou incapacitação, uma indenização era entregue ao dono, desqualificando o escravo como um homem e o atribuindo-o como um prejuízo patrimonial. Para finais do século III a.C., Roma era constituída por uma série de características que fundamentavam sua organização social: detinha um senado harmônico com mesclas de oligarcas de diferentes regiões; um povo unido em prol do progresso da cidade; uma população camponesa armada, valorizada e treinada, fato que representava um diferencial de outras localidades em que adotavam um sistema mercenário (GUARINELLO, 2016, p. 118).

Roma era, em sua essência, uma sociedade que havia adotado o trabalho escravo como uma forma de mão de obra bastante presente, da qual os escravos se dividiam entre trabalhadores dos campos, das minas e das cidades. De acordo com Moses Finley (1991, p. 84-5):

Uma sociedade é genuinamente escravista quando a escravidão se torna uma instituição essencial para a sua economia e seu modo de vida, no sentido de que os rendimentos que mantem a elite dominante provêm substancialmente do trabalho escravo.

Embora não constituíssem uma categoria social propriamente dita, havia uma “divisão interna” entre escravos do campo e da cidade, que refletia em sua qualidade de vida. Os escravos do campo eram submetidos a jornadas de trabalho mais longas e puxadas, encarregados de tarefas produtivas, passíveis, em grande parte dos casos, a uma dura disciplina que visava explorar ao máximo a capacidade do indivíduo. Já os escravos da cidade detinham de um nível de autonomia destoante quando comparada com a dos escravos do campo, isso não quer dizer necessariamente que eles eram inativos ou não eram passíveis de punição, mas sim que as condições de trabalho e os tipos de trabalho empregados eram menos árduos. Por exemplo: esses escravos urbanos geriam negócios,

administravam as lojas de seu senhor, realizavam tarefas domésticas, entretinham convidados em jantares etc. Além de realizarem essas atividades, deviam, moralmente, exaltar constantemente o poder e a benevolência de seu senhor, fosse em local público ou privado, para outras pessoas. Embora haja menção a relações entre escravo-senhor que apresentam uma maior proximidade, os escravos estavam cientes de sua posição, reconhecendo seu papel para com a sociedade romana e para com seu proprietário.

Como apresentado por Fábio Duarte Joly (2005, p. 34) a escravidão sempre esteve presente na história de Roma, conforme apontam os historiadores Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso, atuando mais como um complemento a falta de mão de obra camponesa do que uma substitutiva propriamente dita. A maneira de se obter essa mão de obra escrava era variada. Embora tenha sido abolida em 326 a.C. pela *Lex Poetelia Papiria*, a escravidão por dívidas (*Nexum*) era a principal forma na qual as pessoas se tornavam escravas, além dela, apesar de não representar a mesma proporção que a escravidão por dívidas, a obtenção de escravos mediante conflitos belicosos e como consequência do imperialismo expansionista romano, também se mostravam presentes. Norberto Luiz Guarinello explana que o projeto expansionista de Roma favorecia antes de tudo as elites, que desfrutavam da maior parte da divisão dos prestígios e riquezas advindas da guerra. Para mais, no século II a.C., essas conquistas impactaram diretamente em uma espécie de “privatização” das riquezas entre os cidadãos, como mão de obra escrava, abertura de novas rotas comerciais e acúmulo de metais (2016, p. 128-129). Ademais, Guarinello assinala que no século I a.C., a estimativa da porcentagem populacional de escravos beirava os 30% de toda a população da Itália, sendo no campo, a utilização mais intensiva desses trabalhadores (2016, p. 131). Embora o destino do escravo era incerto, havia a possibilidade de ganhar sua liberdade e, quando fosse liberto, se tornar cidadão de Roma. As formas para um escravo conquistar sua liberdade, de acordo com Joly (2005), eram majoritariamente três: através de sua inscrição como um cidadão no censo, quando um magistrado, comumente o pretor, intercedia por sua liberdade; por *vindicta*, um acordo financeiro estipulado entre o escravo com seu senhor estabelecendo um valor de compra pela liberdade; e por testamento, quando o dono ratificava o desejo de que, após sua morte, seus escravos fossem libertos. Apesar de ganharem a liberdade, os escravos ainda deveriam manter certos laços com seus antigos donos, chamado de *obsequium*, que englobava obrigações legais e morais, tais como não instaurar um processo jurídico contra seu antigo senhor, cortear-lo, em alguns casos deveriam fornecer parte de seus bens ao dono ou herdeiros. Não raro eram os casos em que os libertos continuavam a trabalhar para seu ex-dono, exercendo diversas funções.

OS PRIMÓRDIOS DO TEATRO ROMANO

Como demonstra Pierre Grimal (1978), o local onde eram apresentadas as peças em Roma eram, em suma, uma “herança” dos antigos teatros gregos com modificações e adaptações feitas pelos próprios romanos. Contudo, há uma certa obscuridade na determinação de seus primórdios. Acredita-se que o teatro em Roma não teve apenas uma origem, mas sim várias. Uma dessas origens teria sido através dos princípios dos jogos cênicos (*Ludi scaenici*), bailarinos, artistas musicais e presentes trazidos da Etrúria pelo senado romano em 364 a.C., que cantavam e dançavam com o intuito de afugentar uma epidemia de peste que assolava a região. Grimal evoca as explicações fornecidas por Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.) em sua obra primorosa *Ab urbe condita* (27-25 a.C.), a qual constrói a história romana desde os primórdios de sua fundação até aproximadamente o século I d.C. Em conformidade com Tito Lívio, foi em Roma que os jogos cênicos reputaram uma nova figura, mais especificamente quando jovens começaram a presenciar e viver a música e a dança desses jogos com textos poéticos, versos de carácter jocoso e cômicos. Pierre Grimal aponta que esse novo gênero, determinado pela fala de Tito Lívio, teria se chamado “sátira (ou *satura*) dramática” (1978, p. 79).

Grimal (1978, p. 80) discorre sobre uma outra vertente para a origem do teatro em Roma. Relatada pelo poeta Virgílio e outros autores, esses explicitam que a comédia teve seu início na região da Itália por meio das festas celebradas pelos camponeses na época da colheita da uva, também conhecida como Vindima. Para Virgílio, entretanto, esses camponeses vinhateiros da região da Campânia eram povos oscos, não latinos. Ademais, adornavam-se de máscaras e realizavam danças e cânticos, o que se diferenciava dos jogos cênicos, onde os integrantes participavam com o rosto amostra.

Pierre Grimal aponta que uma das principais atribuições a função do teatro, seja no romano como de outras localidades, é oferecer um autorretrato de sua sociedade a partir da utilização de artifícios em personagens, cânticos, danças, tributos e ofertas, as principais forças em que se apoiam os homens desse tempo (GRIMAL, 1978, p. 117).

CARACTERÍSTICAS DO TEATRO E DA COMÉDIA ROMANA

No tocante às características desse então nascente teatro romano, Grimal explica que um de seus aspectos mais originais, tanto na comédia quanto na tragédia, é a presença de três características particulares: um segmento englobando o texto falado, escrito em versos jâmbicos ou trocaicos, equiparando-se aos diálogos e monólogos do teatro grego; e outro segmento abarcando dois tipos de *cantica* (termo que significa cantado ou com caráter musical), sendo um tipo em versos, seguindo uma métrica comum, e outro tipo com versos e ritmos heterogêneos (1978, p. 82-83). A parte musical, gesticulação e a mímica estão intrinsecamente ligadas na representação e na ação. O teatro latino se mostrava um

evento onde a ostentação da riqueza, a abundância dos acessórios e a magnificência da encenação eram elementos basilares. É equivocado pensar no teatro Romano como uma cópia do teatro Grego, tendo em vista que o mesmo apresenta características singulares e com uma estética própria. Os latinos se mostravam receptivos às belezas do texto, ao ritmo das palavras e ao canto da música. A disposição do palco romano se diferenciava do grego por apresentar suas características próprias como aponta Grimal (1978, p. 25-26):

O palco do teatro romano é mais comprido que o *proskénion* helenístico, situa-se no diâmetro da *cavea*, e a antiga *orchestra* é reduzida a um semicírculo. E este maior comprimento acarreta consequências para a encenação: deste modo, torna-se mais fácil introduzir apartes, estando os actores separados, se a encenação o exige, por uma distância bastante considerável, encontrando-se numa extremidade do palco e outro na extremidade oposta

Grimal prossegue (1978, p. 26):

Estes grandes cenários permitiam espetáculos magníficos, e atingiram o seu maior desenvolvimento numa época em que a tragédia e a comédia <<literárias>> se encontravam em total decadência, mas em que o mimo e as declamações acompanhadas de música, alternando com cantos, arrastavam multidões

Conforme expõe Juliana da Rosa (2017, p. 24), a sistematização dos volumes da comédia antiga defendida por estudiosos dessa temática se constitui de maneira universal em três divisões principais: em um primeiro momento é denominada de Comédia Antiga, ou Ática; em um segundo momento, nesse caso mais controverso, é a Comédia Média; e no terceiro momento, a partir dos dramaturgos Menandro, Plauto e Terêncio, advém a Comédia Nova. A comédia romana surgiu, nas palavras de Grimal, na época arcaica, tendo como principais destaques as comédias de Plauto e Terêncio. As obras de Plauto se inserem em aproximadamente 211 e 184 a.C. e correspondem a 20 títulos que sobreviveram total ou quase totalmente. As de Terêncio datam de 166 a 159 a.C. aproximadamente, e as peças que sobreviveram correspondem a 6 títulos. Também é possível encontrar fragmentos cômicos de outros poetas, como é o caso de *Caecillius*, situado no período entre Plauto e Terêncio. Para ele, a comédia romana esgotou-se por volta do século I a.C. aproximadamente (1978, p. 103).

As obras presentes nesse contexto eram imitações de modelos gregos, embora com alguns traços de influência latina. Nas obras de Plauto, a representação se torna a parte fundamental, ao buscar prolongar as cenas de danças e declamações líricas, ele não titubeia em utilizar de intrigas ou alterar a ordem das entradas e saídas, de uma maneira que sua coerência nem sempre é perfeita. Terêncio também realiza modificações que diferem a comédia romana da comédia nova grega: ele retira o prólogo, parte indispensável na comédia nova grega; além disso, empenha-se em tornar críveis os monólogos e exclui, quase que de maneira completa, os *cantica* de ritmos diversificados.

A obrigatoriedade em extrapassar as comédias representava um obstáculo no caminho dos poetas desse período. Por um lado, ela limitava a liberdade de expressão, ou seja, os poetas não poderiam criar ou se expressar na totalidade que gostariam, por outro, o repertório grego não era infinito, e a regra dos jogos romanos decretava que fossem apresentadas cenas gregas (1978, p. 111). A solução para esses obstáculos foi a mistura de dois tipos de comédias gregas para fazer uma só em latim, com isso foi permitido aos poetas dar originalidade as suas obras, respeitando as normativas do gênero, proporcionou também a criação de novos caracteres, além disso, evadiu-se da censura do plágio. É válido ressaltar que apesar de tudo isso, o teatro romano não é uma imitação medíocre dos gregos, possui semelhanças, mas também possui suas originalidades.

CONCLUSÕES

O entretenimento no universo romano era uma questão muito valorizada, a música, a dança, os cânticos, faziam-se presentes nas vidas dos romanos. Com o desenvolvimento do teatro e com ele diferentes gêneros (tragédia, comédia), uma outra perspectiva de entretenimento se formou, com diferentes performances, inovações nos quesitos de regras e estruturas, além de uma disseminação cultural que atingia as diferentes camadas na sociedade, principalmente, mas não exclusivamente, a alta camada. Os escravos romanos possuem destaque nas peças teatrais em presença de corpo, o elenco contava com uma parcela de integrantes formada de escravos, mas também ao serem mencionados em diversas peças elaboradas por diferentes poetas dessa época.

A escravidão era um aspecto fundamental no mundo romano. Uma das maneiras de se pensar o escravo nas peças de Plauto é, de acordo com Juliana da Rosa, como possuidora de uma função de consolidação da estrutura social de Roma, legitimando a forma com que essa sociedade se constituía (2017, p.47). A maneira de atuar dos escravos de Plauto pode nos revelar o uso da astúcia e da esperteza (ações que podem caracterizar o texto cômico), no cumprimento de suas atividades, ora em benefício de seus senhores, ora em benefício próprio, mesmo mantendo exposta a posição do escravo na hierarquia, ele se transforma no protagonista, no foco do riso, o motivo principal do cômico.

REFERÊNCIAS

ALFÖLDY, Géza. **A História Social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. **Escravidão, conformismo e resistência em Os Cativos de Plauto**. Rio de Janeiro: Phoínx, 2000.

CLAVEL-LÉVÊQUE, Monique. **Imperialisme, developpement et transition: pluralite des voies et universalisme dans modele imperial romain**. La Pensée. Paris, 196: 10-27, 1977.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **Comédia Latina**: a tradução como reescrita do gênero. *Phaos* (UNICAMP), v. 9, p. 117-142, 2011.

GRIMAL, Pierre. **O teatro antigo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. **Le théâtre antique**. Presses Universitaires de France, 1978.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2016.

JOLY, F. D. **A escravidão na Roma antiga**: política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

NICOLET, Claude. **Rendre à César**. Économie et société dans la Rome Antique. Paris: Gallimard, 1989.

PARATORE, Ettore. **História da Literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

ROSA, Juliana da. **Plauto e a escravidão**: a figuração dos escravos plautinos na comédia romana. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

VEYNE, Paul. **A sociedade romana**. Lisboa. Edições 70, 1990.

_____. O império romano. In: (ÀRIES, P. & DUBY, G. (dir.) **Do império romano ao ano mil**. SP, Companhia das Letras, 1989. p.19-224.

PENSANDO O SOCIAL FORA DA DUALIDADE INDIVÍDUO/SOCIEDADE: A TEORIA DE NIKLAS LUHMANN

Data de aceite: 01/11/2023

Emerson Palmieri

RESUMO: Este trabalho se propõe a apresentar alguns elementos centrais do pensamento do sociólogo alemão Niklas Luhmann. Com ênfase aos seus escritos sobre comunicação, visamos demonstrar como a teoria desse autor apresenta uma forma de se pensar a sociedade que não se encaixa na dualidade indivíduo/sociedade, que sempre permeou o pensar sociológico. A comunicação, para Luhmann, não é um atributo exclusivo de indivíduos: qualquer processo ou operação capaz de produzir sentido participa da comunicação, sejam eles um artigo científico, um processo penal, uma aula, um vídeo, etc. Para Luhmann, todos esses elementos comunicam e formam redes de comunicação que criam as bases para uma contínua reprodução da sociedade. Essa rede não é criada nem pela livre iniciativa individual e nem pela coerção social, mas se atualiza a partir de seus próprias horizontes, de modo que uma comunicação passada serve de base a uma próxima comunicação futura. Assim, para Luhmann, somente a comunicação é capaz de comunicar.

INTRODUÇÃO

O objeto de nosso texto é a teoria sociológica de Luhmann, em especial seus escritos sobre comunicação. O objetivo do trabalho é o de realizar a exposição de um aspecto central da teoria luhmanniana, que é a sua teoria da comunicação, visando demonstrar de que forma ela se constitui num esforço teórico original que foge à dualidade entre indivíduo e sociedade, que marcou a maior parte do fazer sociológico ao longo do tempo.

Um dos grandes marcos que caracteriza a sociologia ao longo da história diz respeito à dualidade entre indivíduo e sociedade, que deve sua existência ao seguinte questionamento: a sociedade faz os indivíduos, ou os indivíduos fazem a sociedade? Cada uma à sua maneira, a maioria das teorias sociológicas consolidadas abordam essa questão, direta ou indiretamente, e constroem seus arquétipos ora dando mais ênfase ao papel da sociedade, ora aos indivíduos, e ora a uma combinação de

ambos. Seja como for, fazer teoria sociológica significou, por muito tempo, falar da relação entre indivíduo e sociedade. Para a sociologia, nesse sentido, é um grande desafio tornar conhecidas teorias sociais que não se baseiam na dualidade indivíduo/sociedade. A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann é uma dessas propostas. Construída em uma constante interdisciplinaridade com campos incomuns à sociologia, como a cibernética e a biologia, a teoria sociológica de Luhmann procura explicar as dinâmicas sociais elegendo como agente principal nem o indivíduo e nem a sociedade, mas a comunicação. A comunicação é o elemento basal que constitui a sociedade. A sociedade é um sistema feito de comunicações (Luhmann, 1991, p.192).

Dizer que a sociedade é um sistema feito de comunicações é uma proposição que necessita um duplo tratamento teórico, que explicita o que se entende por sistema e o que se entende por comunicação. Apesar de serem conceitos que se complementam, são construídos separadamente por Luhmann. Em um primeiro momento, vamos explorar a ideia de sistema e mostrar como ela se relaciona com uma questão sociológica fundamental que diz respeito ao pensamento sobre a ordem social. Em um segundo momento, exploraremos o conceito de comunicação, mostrando sua centralidade enquanto um dos elementos sociológicos fundadores do pensamento luhmanniano.

SISTEMAS SOCIAIS: A EMERGÊNCIA DA REALIDADE SOCIAL

De uma maneira abstrata, sistemas podem ser entendidos como um conjunto de elementos que entram em relação (Luhmann, 1991, p. 41). Mas essa relação não é um estado de coisas pré-definido ou naturalmente dado, e sim um processo *contingente*. O conceito de contingência é central na teoria luhmanniana, pois indica que um determinado estado de coisas pode ocorrer de outra maneira. Isso significa dizer que, dentre esses elementos que entram em relação, há sempre outros elementos que foram deixados de lado. Sistemas formam-se, portanto, através de relações *seletivas*, porque sempre elegem possibilidades levando em conta um rol de outras possibilidades.

A partir do momento em que um sistema é formado por meio da relação desses elementos, ele fecha-se para seu ambiente¹. O ambiente de um sistema é simplesmente tudo aquilo que não faz parte desse sistema e que, portanto, se trata de um meio muito mais complexo do que ele. Um sistema, nesse sentido, se define justamente pela diferença em relação ao seu ambiente, e não de maneira autológica. Um sistema não existe “em si mesmo”, mas sempre em uma diferença. Um sistema não pode conter todas as relações possíveis dentro de si, porque senão ele perde sua diferença enquanto sistema. Sistemas surgem, assim, na tentativa de fornecer um ordenamento (ainda que arbitrário) a um estado de coisas. O ambiente funciona como um horizonte observável pelo sistema para que

¹ É importante ressaltar que Luhmann trabalha com a ideia de sistemas fechados, mas há teorias sistêmicas (por ex de Parsons) que utilizam ideias de sistemas abertos ao seu ambiente.

este planeje suas operações. Além disso, o ambiente é fundamental para a existência do sistema de um ponto de vista material: sistemas autopoieticos são constituídos apenas de um elemento específico, mas isso não significa que eles não dependam de outras coisas em seu ambiente para existirem. É preciso fazer uma distinção aqui entre, de um lado, os elementos do sistema e, de outro, como diz Luhmann (1991, p. 245), suas condições de possibilidade. Os exemplos mais nítidos de condições de possibilidades são as realidades físico-químicas da natureza: o sol, o ar, o calor ou a água são estritamente necessários para que sistemas como o direito, a arte ou a política existam, mas não são elementos constituintes desses sistemas.

Para Luhmann, os sistemas sociais são autopoieticos. Autopoiese é um conceito criado pelos biólogos Maturana e Varela (1974), e indica que determinado sistema é capaz de se reproduzir apenas a partir de seus próprios elementos. No caso desses autores, a célula é considerada um sistema autopoietico, pois apenas uma célula é capaz de gerar outras células. No caso de Luhmann, apenas a comunicação é capaz de produzir novas comunicações. Como produzem os próprios elementos, sistemas autopoieticos são fechados para seu ambiente. Não temos espaço para explorar a fundo essa proposição, mas ela indica que o sistema se permite apenas a aberturas seletivas a seu ambiente, não realizando uma troca de elementos. Vamos dar um exemplo da sociologia: em Parsons (1970), que trabalha com uma teoria de sistemas abertos (o esquema AGIL), a política e a economia trabalham em consonância uma com a outra: a política define objetivos a serem perseguidos pela sociedade e a economia providencia os recursos materiais para se atingir esse objetivo. Com a teoria dos sistemas autopoieticos fechados, isso não ocorre: as decisões políticas e a circulação de recursos econômicos são tratados enquanto elementos constitutivos dos sistemas político e econômico, respectivamente. A comunicação do sistema econômico sempre faz referência a flutuações mercado e não às demandas de objetivos políticos. Da mesma maneira, as decisões políticas fazem referência a flutuações na opinião pública e não às realidades do mercado. Nesse sentido, política e economia não têm entre si uma relação determinada de causa e efeito. Possuem, na verdade, relações complexas que dependem dos objetivos de cada um dos sistemas.

Luhmann (1991, p. 16) identifica quatro sistemas autopoieticos: os organismos vivos, constituídos pela vida; as máquinas, constituídas por programação; o psíquico, que é constituído de pensamentos; e o social, que é constituído por comunicação. Dentro do sistema social, temos 3 outros tipos de subsistemas: os de interação (encontros comuns entre pessoas), as organizações (empresas, escolas, universidades, etc) e os sistemas funcionais (política, direito, economia, ciência, religião, etc). O sistema social, a sociedade, não é, portanto, composto de indivíduos, mas de comunicação. Para Luhmann, na realidade, “indivíduo” é uma categoria muito complexa que engloba tanto aspectos orgânicos, psíquicos e sociais e confunde as referências sistêmicas. Por essa razão, para se referir especificamente ao sistema psíquico, à consciência individual, o autor prefere

utilizar o termo “pessoas”. As pessoas são condição de possibilidade para a existência da comunicação porque fornecem sentido para ela, mas estão situadas fora do sistema social. O pensamento das pessoas não pode fazer parte da comunicação porque ele não é processável pela sociedade enquanto pensamento. Ele só se torna um componente da sociedade se for expressado comunicativamente de alguma maneira.

A separação entre pessoas e sociedade, da mesma maneira que a separação entre política e economia, impede pensar sobre essas duas dimensões de maneira determinista (como por exemplo em uma coerção social sobre o indivíduo). Como a sociedade e a consciência são sistemas fechados um para o outro, é impossível determinar de que maneira uma comunicação particular interage com a interpretação que ela tem em cada pessoa. Com a separação entre sistema social e sistema psíquico (consciência), a relação dos indivíduos com a sociedade torna-se mais complexa. “Como fazem parte do ambiente do sistema social, os seres humanos recebem maior liberdade (maior complexidade) do que os papéis sociais, normas e estruturas permitiriam” (Vanderstraeten, 2005, p 474). “Liberdade” não pode ser entendida aqui como ausência de coerção ou capacidade racional para a escolha. O que Luhmann chama a atenção é para o fato de que qualquer comunicação tem a chance de ser rejeitada pelos indivíduos porque eles não são tábulas rasas, mas possuem uma realidade própria (a realidade psíquica) que interage com o mundo social de formas que não são pré-determinadas por este.

Dupla contingência

Como se formam os sistemas sociais? Aqui, Luhmann recorre ao conceito de dupla contingência. Trata-se, na verdade, de um conceito formulado inicialmente por Talcott Parsons para demonstrar um problema social (o qual leva o mesmo nome do conceito: o problema da dupla contingência) e a forma de resolvê-lo. Luhmann mantém a definição do problema mas, na hora de abordar sua resolução, separa-se de Parsons. Antes de adentrarmos propriamente no conceito, uma breve contextualização: se falamos de uma contingência simples (*single contingency*), isso diz respeito a teorias de escolha racional, nas quais o agente realiza uma decisão informada diante de uma realidade dada, embora mutável. Em último caso esse agente procura tomar a decisão correta (ou a melhor possível) através de métodos que o guiam nessa realidade objetivamente dada (Kessler, 2016). A dupla contingência adiciona um nível de complexidade a essa situação hipotética porque agora o agente não está mais diante de uma realidade objetiva, mas diante de um outro agente, que não apenas não tem um comportamento objetivamente dado, mas que agirá de acordo com as escolhas do primeiro agente. A ideia de dupla contingência inicia-se com Parsons, que coloca a questão da seguinte maneira:

Há uma *dupla contingência* inerente em interações: Por um lado, as gratificações de ego são contingentes sobre sua seleção entre alternativas disponíveis. De outro lado, a reação de alter será contingentes sobre a seleção

de ego e irão se resultar de uma seleção complementar por parte de alter. Por causa dessa dupla contingência, a comunicação, que é a preocupação com padrões culturais, não poderia existir sem a generalização da particularidade das situações específicas (que nunca são idênticas para ego e alter) e da estabilidade de significado que só pode ser assegurada por 'convenções' observadas pelas duas partes (Parsons e Shils, 1951, p 16) (tradução nossa)²

Parsons também apresenta o problema de maneira resumida na forma de princípios que regem a interação, que são dois: “1) Cada ator é agente em ação e objeto de orientação para si e para outros; e 2)[...] enquanto agente em ação, ele se orienta para si mesmo e para outros e, como objeto, tem significado para si e para outros”(Parsons, 1968, p 436). Desses princípios, argumenta o autor (Parsons, 1968), conclui-se que os resultados são contingentes não apenas sobre a manipulação de objetos no ambiente pelos agentes, mas também da intervenção desses objetos (que são outros agentes) no curso dos eventos.

Luhmann mantém intacta a definição do conceito de dupla contingência e o problema sociológico que ela apresenta sobre a dificuldade de coordenar interações entre agentes que estão constantemente observando um ao outro. No entanto, o autor não segue o raciocínio proposto por Parsons para solucionar esse problema. Para Luhmann, o consenso sobre convenções sociais não é a única solução possível, o que, considerando a dualidade indivíduo/sociedade, seria uma solução pelo polo “sociedade”. Em vez disso, Luhmann (1991, p. 150) propõe observar o problema pela dimensão temporal, a partir da qual podemos observar um primeiro agente (alter) iniciando alguma ação³ para definir a situação e que aguarda a reação do outro agente (ego). O *feedback* de ego, por sua vez, fornece novas pistas para uma nova ação de alter. Cada nova interação que ocorre dessa maneira reduz ainda mais o grau de contingência das ações de alter e ego porque ambos, de maneira crescente, formam expectativas sobre como o outro irá agir/reagir. Luhmann descarta a ideia de uma solução definitiva e propõe pensar a dupla contingência como um problema que se auto atualiza, o que significa dizer que, de um lado, ele mesmo já carrega suas próprias possibilidades de superação conforme alter e ego reduzem a contingência mas, de outro lado, o problema sempre está presente, pelo menos potencialmente, porque o comportamento de um ou de outro pode mudar. É um problema que, como coloca Ocampo (2013), se atualiza como horizonte de sentido.

Retornando novamente à dualidade indivíduo/sociedade, poderia se dizer, então, que a formação de sistemas de Luhmann é explicada pelo polo do indivíduo? Essa seria uma conclusão errônea. Luhmann fala de “alter” e “ego” justamente para reforçar o fato de que a dupla contingência não diz respeito apenas a pessoas (sistemas psíquicos), mas também a sistemas sociais (Luhmann, 1991, p. 151-152). A ação de alter, portanto, não necessariamente diz respeito à ação de um indivíduo. Esse talvez seja um dos elementos

2 Todas as traduções realizadas nesse texto são de nossa autoria.

3 Apesar de falarmos constantemente de ações, a versão luhmanniana da dupla contingência não se faz na tentativa de uma teoria da ação. A teoria de Luhmann tem como base a comunicação, mas a comunicação utiliza a ação para se auto-descrever.

de mais difícil compreensão da teoria luhmanniana da dupla contingência e também o que gera mais controvérsia, uma vez que dentro da sociologia as noções de ação geralmente remetem a indivíduos. Com efeito, a comunicação (e a ação) requer pessoas enquanto condição de possibilidade, mas isso não nos permite dizer que, na realidade, “em última instância”, alter e ego seriam pessoas, porque isso seria sair do centro epistêmico sobre o qual a teoria de Luhmann é construída, que é a comunicação. Não há uma entidade que “em última instância” é responsável pelos eventos. Isso seria recair nas primeiras críticas dirigidas à disciplina de sociologia que postulavam que, “em última instância”, o social são apenas pessoas agindo. Poderíamos fazer uma regressão *ad infinitum* e dizer que pessoas, “em última instância”, são fabricações da mente, e essa, por sua vez, fabricações de processos químicos, que por sua vez são meros resultados de disposições atômicas, etc. Ou seja, não há nenhum motivo para se dar prioridade a indivíduos ao se falar de alter e ego. Dentro da teoria de Luhmann, é mais teoricamente preciso dizer, retornando ao exemplo, que publicar um artigo é uma ação feita pelo sistema da ciência. Luhmann chega a falar, nesse sentido, de uma “ação livre de sujeito” (Luhmann, 1991, p 167).

Dessa maneira, grosso modo, sistemas sociais podem surgir desse movimento contínuo de redução de contingência entre alter e ego. O princípio adotado por Luhmann para explicar a dupla contingência aponta para o fato do sistema se abrir ao acaso (ao indeterminado) e a partir disso gerar estruturas, um processo denominado *order from noise*.

Alter e ego são caixas pretas um para o outro, isto é, não podem prever seus comportamentos, podem apenas supor o que o outro irá fazer. Quando essas caixas pretas se encontram, porém, elas criam janelas de transparência que são suficientemente claras para realizar uma interação. Em princípio, alter e ego são indeterminados um para o outro mas produzem determinabilidade quando se observam. Essas janelas são criadas porque existe, segundo Luhmann (1991, p. 172), um interesse por parte de ambos em sair dessa mútua situação de indeterminação. Aquilo que se torna visível, no entanto, é apenas uma pequena porção entre muitos outros processos que continuam intransparentes. Cada agente escolhe aquilo que tornará público e aquilo que manterá escondido, como num jogo teatral em que se alterna entre o palco e os bastidores⁴. Alter e ego, dessa forma, só conseguem *feedbacks* um do outro com relação a essa porção visível, transparente e determinada de suas ações. Todo o resto permanece oculto. Porém, mesmo que nem tudo se revele, o *feedback* constante feito por essas observações mútuas possibilita a emergência de um sistema social (de uma ordem). Aqui podemos ver o duplo papel da contingência na manutenção ou transformação dos sistemas sociais: de um lado, as janelas de visibilidade reduzem a contingência para alter e ego, permitindo cada vez mais que cada um opere mais precisamente a partir da expectativa do outro. De outro lado, o sistema pressupõe a existência de um lado indeterminado que ele não acessa mas que faz parte de seu ambiente, então a contingência pode forçá-lo a operar em outras direções

⁴ Sobre o jogo teatral, cf Goffman, 2002.

que não se encontram estruturadas. É importante ressaltar que o *feedback* de alter e ego não precisa ser “correto”, isto é, corresponder exatamente às expectativas projetadas pelo outro. Mesmo um erro ou um desvio tornam-se produtivos nesse cenário porque a formação do sistema se faz de maneira autorreferencial, fechada, e não em referência a uma verdade externa. Um erro de expectativa pode simplesmente fazer com que o outro reajuste seu comportamento para corresponder ao que foi projetado. O sistema adquire com isso, também, um limite temporal próprio. As seleções se autorreferem nesse tempo estabelecido, criando o seu próprio passado e futuro. Luhmann (1991, p. 170-171) fala da transformação de acasos em possibilidades de construção estrutural: acaso significa a falta de coordenação entre estruturas de um sistema e ocorrências do mesmo. Formam-se, com o tempo, relações causais entre elas que sempre, novamente, estão sujeitas à contingência.

COMUNICAÇÃO

A comunicação pode ser vista como a substância que preenche o processo de dupla contingência: Alter e ego ajustam suas expectativas de ação um em relação ao outro recorrendo a um processo comunicativo. Luhmann (1991, p. 194-195) define a comunicação como a síntese de 3 processos: a) o de selecionar uma informação; b) da emissão da informação e c) do entendimento da informação. Ela pressupõe, então, participantes que emitam uma informação e participantes a quem ela se endereça. O autor recusa falar de comunicação como um processo de transmissão de informação, porque isso implicaria dizer que existe uma única coisa a ser compartilhada, que uma mensagem possui um mesmo sentido para quem a emite e para quem a recebe. O que ocorre, na realidade, é que cada um dos participantes seleciona um sentido específico para a mensagem, que pode ou não ser o sentido compartilhado pelo outro agente. Porém, a divergência de sentido não impede a conclusão do ato comunicativo. Da mesma maneira que na dupla contingência, o erro se torna produtivo porque pode-se ajustar a ele.

A comunicação é definida como uma síntese de três seleções: Informação / Emissão / Entendimento. Trata-se de uma operação complexa, cuja unidade emergente se ordena da seguinte forma: uma seleção de “Informação” (o assunto da comunicação, aquele sobre o qual se deve expressar) é inicialmente processada por um determinado emissor (*alter*) que seleciona um determinado *fazer no mundo* (“Emissão”) – que pode ser um gesto, uma locução oral, escrita, difundida telecomunicativamente ou simbolicamente codificada – para que seja observada por um determinado receptor (*ego*) para quem tal “atuação” é dirigida. No entanto, dado que a comunicação é mutualista, ela não pode ser reduzida à unilateralidade de uma emissão, pois exige que *ego* “atue a compreensão” (“Compreensão”) e distinguir entre *esse* fazer do emissor no mundo dirigido a ele (“Emissão”) e sua decodificação da “Informação” (Ocampo, 2013, p. 69)

A participação na comunicação, assim como na relação de dupla contingência, não é um atributo específico de pessoas, mas abrange qualquer processo ou operação capaz de produzir e processar sentido. Por exemplo, uma propaganda comercial, um vídeo no *Tiktok* ou um processo penal são todos agentes comunicantes. Como expusemos anteriormente, na realidade, as pessoas (o sistema psíquico) não participam da comunicação. O que participa é aquilo que elas exteriorizam por meio de sons, palavras, imagens, escritos, etc, mas os pensamentos das pessoas permanecem fora da comunicação. Recentemente, tem-se chamado atenção também para a inclusão de um novo agente social que participa da comunicação: os algoritmos. Os algoritmos absorvem nossas contingências (nossas escolhas) e a nos mandam de volta em uma nova forma imprevisível (Esposito, 2017). O recém-criado *chat GPT* é um excelente exemplo: apesar de não ter uma consciência, a plataforma consegue se comunicar com as pessoas através de um aprendizado (*machine learning*) que é fornecido pela própria comunicação, armazenada em bancos de dados digitais. Algoritmos aprendem a se comunicar, a traduzir textos e a jogar jogos não porque possuem uma inteligência ou consciência artificial para aprender regras ortográficas ou de como jogar, mas porque recorrem a bilhões de dados sobre comunicações utilizadas naquele contexto que são fornecidas pela própria sociedade.

Pode-se dizer – e esta é a ideia que proponho aqui – que o que esses programas reproduzem não é inteligência, mas sim comunicação. O que torna os algoritmos socialmente relevantes e úteis é sua capacidade de atuar como parceiros na comunicação que produz e faz circular informações, independentemente da inteligência (Esposito, 2017, p. 253).

Comunicação e suas improbabilidades

Existem uma série de barreiras que a comunicação precisa superar para que seja sucedida (aceita pelos indivíduos). Para Luhmann, a comunicação é um processo improvável, e precisa criar meios específicos para se realizar. Luhmann (1981) argumenta que a comunicação conhece três improbabilidades e que meios (*media*) diferentes são criados para superar cada uma delas.

O tipo de teoria da comunicação que estamos tentando anunciar parte, portanto, da premissa de que a comunicação é improvável, apesar do fato de a experimentarmos e praticarmos todos os dias de nossas vidas e de que não existiríamos sem ela. Essa improbabilidade da qual nos tornamos inconscientes deve primeiro ser compreendida, e isso requer o que pode ser descrito como um esforço contrafenomenológico, vendo a comunicação não como um fenômeno, mas como um problema; assim, em vez de procurar o conceito mais adequado para cobrir os fatos, devemos primeiro perguntar como a comunicação é possível (Luhmann, 1981, p. 123).

A primeira improbabilidade é a do entendimento: é improvável que uma pessoa entenda o que uma outra quer dizer, considerando o fato de que as consciências são individuais e separadas (Luhmann, 1981). A segunda improbabilidade é a do alcance: é improvável que uma comunicação atinja mais pessoas para além do contexto local em que foi criada. Isso ocorre porque a interação presencial assegura aos participantes da comunicação um compromisso em prestar atenção no conteúdo do que está sendo dito. Essa condição não pode ser mantida à distância, porque em outros lugares as pessoas estão prestando atenção em outras coisas (Luhmann, 1981). A terceira improbabilidade é a do sucesso: é improvável que uma pessoa concorde com o que uma outra disse, mesmo que ambas estejam em sintonia quanto ao sentido da mensagem. Para Luhmann (1981), aceitar significa alguém tomar aquela comunicação como premissa para seu próprio comportamento, bem como processar novas informações considerando que aquela comunicação aceita é correta.

Essas improbabilidades, argumenta o autor (Luhmann, 1981), não são apenas barreiras bloqueando determinadas mensagens de atingirem seus alvos; elas funcionam também como bloqueios virtuais de comunicação, de modo que alguém pode simplesmente desistir de tentar emitir alguma mensagem se considerar muito alta a chance de ocorrer uma dessas improbabilidades. Nessas ocasiões, há uma tendência de se abster do processo comunicativo. Podemos ver muito desse processo em casos de discussões políticas, em que várias vezes ouvimos as pessoas dizerem “não adianta argumentar com ele, ele não vai mudar de ideia!”.

Não existe para Luhmann uma solução contínua e progressiva das improbabilidades de comunicação, porque elas se reforçam mutuamente: quanto mais se entende uma comunicação, mais motivos se há para rejeitá-la; quanto mais ela se expande para além do contexto local, seu sentido se torna mais incompreensível; quanto mais se aceita, menos se entende ou se alcança; etc. Por essa razão, a solução dos problemas comunicacionais referentes a essas improbabilidades não pode ser pensada tendo como referência a sociedade inteira, mas contextos específicos: por exemplo, interações em ambientes informais produzem comunicação superando apenas a barreira do entendimento, ninguém está preocupado se uma conversa de bar será ouvida por toda a sociedade, e os participantes não possuem como objetivo principal o convencimento do outro. Em um programa televisivo, a comunicação é criada superando-se a segunda improbabilidade, mas é impossível checar se os telespectadores entenderam ou concordaram com as mensagens que foram ditas. Por fim, em um cenário de voo de avião, a companhia aérea não espera que os passageiros entendam o motivo pelo qual se deve desligar o celular dentro da aeronave, apenas que cumpram as ordens.

O meio criado para superar a primeira improbabilidade, a do entendimento, é a linguagem, que possibilita a expansão da comunicação para além da percepção. A linguagem cria não apenas idiomas comuns através dos quais as pessoas podem se entender por

meio de signos, mas cria também a capacidade reflexiva da comunicação que expusemos anteriormente, que proporciona à comunicação a reação sobre si mesma a fim de que dois agentes alcancem o mesmo sentido de uma determinada emissão. Em suma, argumenta Luhmann (1981), a linguagem cria a impressão do entendimento mútuo, que proporciona uma base para comunicações seguintes. Quanto à segunda improbabilidade, a do alcance, ela é superada através da criação dos chamados meios de difusão (*Verbreitungsmedien*): estes incluem, num primeiro momento, a escrita, e posteriormente a imprensa e o que vem a ser chamado de meios de massa (rádio, tv, jornais, revistas, etc).

Por fim, a superação da terceira improbabilidade, a do sucesso, se faz através da criação dos meios de comunicação simbolicamente generalizados (daqui em diante, MCSG) (Luhmann, 1981). Eles asseguram que uma determinada comunicação seja aceita. Os MCSG, possuem uma relevância teórica de mais peso na obra de Luhmann, que não temos espaço para abordar em detalhes mas que devemos, ao menos, esboçar. O conceito de MCSG é, na verdade, uma formulação de Parsons que Luhmann empresta e modifica. Ele faz referência aos tipos de comunicação que ocorrem dentro dos subsistemas funcionais e que permitem a existência destes: considerando que uma comunicação pode ser tanto aceita quanto rejeitada, os MCSG asseguram uma constante aceitação para que dessa forma os subsistemas possam desenvolver sua complexidade. Nesse sentido, os subsistemas funcionais não criam os MCSG, como pensava Parsons, mas se desenvolvem através deles (Chernilo, 2002). Também, diferentemente de Parsons, que considerava os MCSG como meios de troca *entre* sistemas, em Luhmann cada MCSG faz referência a um subsistema funcional específico: o poder (sistema político), dinheiro (sistema econômico), verdade (sistema científico), lei (sistema jurídico), etc (Chernilo, 2002). Cada um desses meios é reconhecido pelos participantes da comunicação como algo válido: é improvável que alguém aceite um pagamento na forma de serviços pessoais, publicidade ou sacos de arroz. Porém, o dinheiro assegura uma forma válida para todos (por isso, generalizada) através da qual as pessoas podem adquirir bens e serviços no mercado. Na política, a execução ou rejeição de um projeto é determinada pela forma de poder estabelecida, seja a votação majoritária ou a ordem de um ditador. Na ciência, os critérios criados para se considerar um artigo como “verdadeiro” criam o ideal específico da comunicação científica (revisão por pares, regras de citação, experimentos cegos, etc). Não existe um MCSG válido para todos os sistemas: não se pode obter o amor através poder, aprovar um projeto apelando para sua verdade ou aprovar um artigo científico usando uma lei. Certamente podem ocorrer os casos de corrupção, que são situações consideradas inválidas perante as regras do jogo: alguém pode comprar um juiz, ou pagar ao seu partido para que aprove um projeto, mas é impossível para qualquer subsistema funcional estabelecer uma recursividade permanente se baseando em comunicações entendidas como corruptas, porque elas são resultados de situações *ad hoc*, que não se conectam entre si temporalmente. No entanto, MCSG coexistem dentro de determinado subsistema: na escola, há o reconhecimento de que o

professor e os alunos estão em uma relação de poder; as pesquisas científicas precisam ser financiadas; políticas de lei podem se basear, em algum grau, na verdade de uma situação concreta. A diferença é que apenas um desses MCSG em cada sistema serve como catalisador para que o sistema desenvolva sua complexidade: o sistema democrático é uma evolução de formas de poder; o capital financeiro é uma evolução do uso de dinheiro; o sistema de avaliação de pesquisa por pares e duplo-cego é uma evolução das formas de se atingir a verdade.

O argumento luhmanniano deixa evidente que o “aceitar” da comunicação não diz respeito necessariamente a uma aceitação livre, a uma concordância verbal com determinada proposição. O poder político assegura que cidadãos, por exemplo, paguem multas, mas muitas pessoas vão considerar que sua multa foi injusta e só a pagam para evitar retaliações do Estado. Da mesma forma, posso querer não usar dinheiro para pagar meus bens, mas não tenho outra alternativa porque as outras pessoas o utilizam. Nesse sentido, a aceitação pode remeter muito mais à complacência do que à concordância, dependendo do tipo de situação em questão. Isso também deixa mais claro o porquê de não haver uma conexão necessária entre entendimento e aceitação da comunicação. Em muitos casos, as pessoas estão somente seguindo regras ou convenções. Chernilo (2002) faz uma sugestão parecida ao argumentar que os MCSG são formas de coordenação social, ou seja, formas de garantir que operações em um subsistema sejam baseados nesses MCSG e produzam futuras operações baseadas neles (dito de outra maneira, garantem a autopoiese de um subsistema).

CONCLUSÃO

A partir do momento em que qualquer processo ou operação produtora de sentido pode ser entendido como participante da comunicação, a díade indivíduo/sociedade deixa de fazer sentido no arquétipo de Luhmann. Isso por dois motivos: 1) Esse participante pode se basear numa organização coletiva, como as normas uma empresa, as leis de um país ou a conversa num grupo de amigos, como também ser fruto de um ato individual, como o discurso de um líder político. 2) o participante pode sequer fazer parte dessa díade, como no caso de algoritmos de redes sociais que direcionam conteúdo personalizado aos usuários. Não há preferência com relação a qual tipo de participante seria mais crucial na interpretação das dinâmicas sociais.

A sociedade, dessa maneira, se reproduz através das comunicações que geramos cotidianamente. Na sociedade moderna, boa parte dessa comunicação se diferencia em vários sistemas (ciência, direito, política, economia, religião, etc), com cada um deles construindo suas próprias redes de comunicação e agentes comunicantes: as missas consolidam-se como comunicações típicas do sistema religioso; as publicações como comunicações típicas do sistema científico; os julgamentos como comunicações típicas do

sistema jurídico; etc. Nesse processo, não existe uma coerção social que determina qual comunicação será produzida e nem uma livre iniciativa para se comunicar o que quiser: as comunicações presentes se constroem levando em conta comunicações passadas. Para Luhmann, isso significa dizer que estão igualmente abertas as possibilidades de aceitação ou rejeição da comunicação: uma publicação nova pode concordar ou criticar outra antiga; leis novas podem anular ou reforçar leis antigas; um restaurante pode manter ou mudar sua comida de acordo com o feedback de seus clientes, etc. Através de constantes remissões àquilo que já foi comunicado, a sociedade produz novas comunicações que podem reforçar ou alterar o fluxo comunicativo em jogo.

Como principais resultados da nossa exposição, enfatizamos a aparição do conceito de comunicação como uma novidade teórica no sentido de não ser atrelado a nenhuma entidade específica, o que o torna externo em relação à díade indivíduo/sociedade. Discursos individuais, normas de organizações, algoritmos, textos, vídeos, fotografias e qualquer processo ou operação capaz de produzir sentido são capazes de produzir e participar da comunicação. O conceito de comunicação trazido por Luhmann, dessa maneira, abre possibilidades para pensar sobre as dinâmicas sociais sem colocar a sociedade ou o indivíduo como os principais agentes das mesmas. Para Luhmann, somente a comunicação é capaz de comunicar. Ou, dito de outra forma, somente aquilo que adentra o fluxo da comunicação presente tem potencial para transformar a comunicação no futuro. Um discurso político pode influenciar o voto de pessoas; uma queda de ações na bolsa de valores pode desencadear uma crise econômica; livros de auto ajuda podem deixar as pessoas mais motivadas para o trabalho; vídeos no *Instagram* podem entreter uma conversa em grupo; publicações científicas podem inspirar políticas públicas; músicas podem se tornar mundialmente conhecidas; uma propaganda bem feita pode aumentar o consumo de um produto; notícias podem viralizar e virarem tópico de conversa entre as pessoas; algoritmos podem moldar a forma em que consumimos conteúdos. Em todos esses exemplos, a comunicação (e não a sociedade ou os indivíduos) é quem transforma a comunicação.

REFERÊNCIAS

CHERNILO, Daniel. The theorization of social co-ordinations in differentiated societies: the theory of generalized symbolic media in Parsons, Luhmann and Habermas. **The British Journal of Sociology**, v. 53, n. 3, p. 431-449, 2002.

ESPOSITO, Elena. "Artificial Communication? The Production of Contingency by Algorithms" *Zeitschrift für Soziologie*, vol. 46, no. 4, pp. 249-265, 2017.

GOFFMAN, Erwing. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2002.

KESSLER, Oliver. The Contingency of Constructivism: On Norms, the Social, and the Third. *Millennium*. 45(1):43-63, 2016.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie**, Frankfurt: Suhrkamp 1991.

LUHMANN, Niklas. The improbability of communication. **International Social Science Journal**, 33(1), pp. 122-132, 1981.

MATURANA, H.R; VARELA, F.G; R. Uribe. Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. **Byosystems**, Volume 5, Issue 4, pages 187-196, 1974.

OCAMPO, Sergio. El modelo sintético de comunicación de Niklas Luhmann. **Cinta de moebio**, n. 47, p. 59-73, 2013.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1970.

PARSONS, Talcott e SHILS E. **Toward a General Theory of Action**. Cambridge, MA, p 3-29, 1951.

PARSONS, Talcott. **Interaction, International Encyclopedia of the Social Sciences**. Vol 7. Nova York, p 429-441, 1968.

O FECHAMENTO DO ARQUIVO LUKÁCS EM BUDAPESTE E A DESTRUIÇÃO DA RAZÃO

Data de aceite: 01/11/2023

Mateus Soares de Souza

RESUMO: A partir do fato histórico contemporâneo do fechamento do Arquivo Lukács em Budapeste, pretendemos apresentar o diagnóstico do filósofo húngaro em sua obra *A Destruição da Razão*, a saber a sua tese polêmica sobre o 'irracionalismo filosófico'. Assim, pretendo desenvolver o texto em 3 breves momentos: i - primeiro, pretendo apresentar o Livro *A Destruição da Razão* em sua estrutura e a polêmica em torno do mesmo; ii - segundo, pretendo reconstruir, na forma de esquema, o conceito de 'irracionalismo filosófico' tal como Lukács o apresenta na segunda parte do livro e como, contraposto à este irracionalismo está presente um racionalismo de tipo dialético; iii - por fim, pretendo apresentar a concepção de filosofia própria de Lukács e contrapor brevemente o seu diagnóstico com outros diagnósticos críticos de alguns filósofos.

PALAVRAS-CHAVE: Irracionalismo, Lukács, marxismo, racionalismo, dialética

ABSTRACT: In light of the recent closure of the Lukács Archive in Budapest, we aim to delve into the philosophical insights of the Hungarian thinker as outlined in his work "The Destruction of Reason," specifically focusing on his controversial thesis concerning 'philosophical irrationalism.' To achieve this, we will structure our exploration into three concise sections: i - Initially, we will provide an overview of the book "The Destruction of Reason," discussing its structure and the controversies surrounding it. ii - Next, we will create a conceptual framework to elucidate the notion of 'philosophical irrationalism' as articulated by Lukács in the second part of his book. Additionally, we will explore how this irrationalism is counterbalanced by a dialectical rationalism. iii - Finally, we will present Lukács' unique perspective on philosophy itself and briefly compare his diagnosis with critical viewpoints from other philosophers.

KEYWORDS: Irrationalism, Lukács, Marxism, rationalism, dialectics

O arquivo Lukács em Budapeste foi fundado após a morte de Georg Lukács em junho de 1971, na antiga casa do filósofo. O apartamento que Lukács morava, que

fica no quinto andar da rua Belgrád n.2, às margens do Rio Danúbio, é onde se encontrava o arquivo. Tal apartamento pertence à municipalidade de Budapeste. Antes de anunciar os momentos argumentativos desse texto, acredito ser salutar expormos um pouco a história do arquivo e de seu controverso fechamento.

O arquivo funcionava como um centro de pesquisa, uma biblioteca e um depósito de diversas cartas, manuscritos, esboços e anotações do filósofo húngaro. A biblioteca do arquivo é composta pelos livros pertencentes à Lukács. Um acervo de aproximadamente 800 peças compunha uma rica coleção voltada para Filosofia e Estética Alemã, Francesa e Inglesa além de livros da literatura húngara e mundial que concentram a maioria das publicações reconhecidas como clássicos entre os séculos XVIII e XX. O valor dessa coleção repousa no fato de que tais livros contêm as anotações de Lukács, seus fichamentos e lembretes. Além disso, Lukács revisou publicações em diversas línguas, incluindo sua obra. Esses documentos e anotações, disponíveis no arquivo, compõem um quadro único para os pesquisadores interessados no desenvolvimento histórico e filosófico de Lukács. Ainda, o arquivo contém um enorme número de manuscritos ainda não publicados. Particularmente digno de nota, são os documentos que se mantiveram seguros em uma pasta colocada em cofre no Banco de Heidelberg, por Lukács em sua juventude. Essa pasta contém manuscritos de antes de 1917, incluindo o original de sua “Estética de Heidelberg” (*Heidelberger Ästhetik*) escrita entre 1912-1914. Além da quase completa produção de juventude de Lukács, o arquivo conta com um sem números de correspondências entre Lukács e figuras como Leo Popper, Paul Ernst, Ernst Bloch, Emil Lask, e Max Weber; além de sua correspondência pós-1945 com Thomas e Heinrich Mann, Heinrich Böll, Erich Fromm, Max Horkheimer, Jean-Paul Sartre e Jürgen Habermas¹.

As condições de trabalho no arquivo começaram a se deteriorar em meados dos anos 1990 e se intensificaram a partir do início da primeira década dos anos 2000. Em 2010 a Academia Húngara de Ciências (*Magyar Tudományos Akadémia*) passa por uma reorganização dos seus quadros funcionais e o arquivo, mantido pela Academia, passa de 10 funcionários (entre bibliotecários, arquivistas e editores) a contar apenas com uma funcionária. Seu trabalho tem sido o de coordenar, junto ao Anuário Lukács (*Lukács Jahrbuch*), uma coletânea inédita de escritos de 1933, quando do primeiro exílio de Lukács em Moscou e seu primeiro contato com os *Manuscritos de 1844* de Marx.

Em 2010, o partido *Fidesz*, de orientação nacionalista-fascista, passa a atacar diversas instituições liberais e a tentar reabilitar tradições políticas autoritárias na Hungria. A partir de 2016 o processo se torna mais violento: estátuas, nomes de ruas e de repartições públicas que homenageiam figuras ligadas ao período do regime comunista húngaro passam a ser substituídos por personalidades húngaras que historicamente mantiveram posições antissemitas e abertamente simpatizantes e colaboradores do regime nazista

1 Cf. Weiss, János. Lukács Archives. In: *Krisis - Journal of Contemporary Philosophy*. 2018, Issue 2 - Marx from the Margins: A Collective Project, from A to Z. pp.99-101.

alemão. As estátuas são um episódio à parte: Tanto a gigantesca estátua de Marx que compunha a um tempo o hall de entrada da *Central European University* (CEU_, quanto a estátua de Lukács que figurava no *Szent István Park*, foram removidas de seus locais de origem e realocadas no Mementos Park (que fica à mais de 10km no interior do lado Buda, fora de qualquer rota turística da cidade).

Diante desse quadro a Academia de Ciências Húngara apresenta uma série de justificas para o fechamento do Arquivo Lukács, como a necessidade de digitalização dos manuscritos, o alto custo de manutenção do apartamento junto à municipalidade de Budapeste e a necessidade de descentralização dos livros de Lukács. Começa-se assim um movimento, advindo da própria Academia, para pressionar pelo fechamento do arquivo. Fato é que, no dia 24 de maio de 2018, a Academia de Ciências (MTA) recolhe todos os materiais do antigo apartamento de Lukács, troca todas as fechaduras para impedir que antigos funcionários tenham acesso ao local e fecha formalmente o arquivo de forma repentina e violenta². Atualmente, o arquivo mantém uma página, onde reúne informações de ações e eventos relativos ao arquivo e à obra de Lukács e onde se articula o retorno do arquivo à suas atividades públicas³.

Esta breve contextualização da situação histórica serve de preâmbulo para o objetivo de nosso texto. Levantar o fechamento do arquivo Lukács como fato disparador da pretensão de ligar este fato histórico contemporâneo com o diagnóstico apresentado pelo filósofo húngaro em sua obra *A Destruição da Razão*, a saber o seu polêmico diagnóstico de ‘irracionalismo filosófico’. Assim, pretendo desenvolver o texto em 3 breves momentos: i - primeiro, pretendo apresentar o Livro *A Destruição da Razão* em sua estrutura e a polêmica em torno do mesmo; ii - segundo, pretendo reconstruir, na forma de esquema, o conceito de ‘irracionalismo filosófico’ tal como Lukács o apresenta na segunda parte do livro e como, contraposto à este irracionalismo está presente um racionalismo de tipo dialético; iii - por fim, pretendo apresentar a concepção de filosofia própria de Lukács e contrapor brevemente o seu diagnóstico com outros diagnósticos críticos de alguns filósofos.

I - A ESTRUTURA DA DESTRUIÇÃO DA RAZÃO

A obra *A Destruição da Razão* de George Lukács é, indiscutivelmente, seu livro mais polêmico. Desde seu lançamento, que ocorreu por volta de 1954, uma quantidade de críticas notável tem se acumulado em torno dessa obra. As crescentes hostilidades provocadas por este livro, concebido pelo autor nos anos que antecederam o final da Segunda Guerra Mundial e concluído em meados dos anos 1950, transformaram *A Destruição da Razão* em uma espécie de *obra maldita* na produção de Lukács. Raramente uma obra gerou tamanha unanimidade contra si mesma: foi vigorosamente contestada por pensadores da Escola de

2 NÁRAI, Róbert. The Destruction of History. In: *Jacobin*, Issue 29. Spring, 2018. Access in: <<https://jacobinmag.com/2018/02/lukacs-hungary-archives-marxism>>

3 In: <https://www.lana.info.hu/en/front-page/>

Frankfurt, começando por Adorno, e mais tarde por Herbert Marcuse e até mesmo por Leo Löwenthal. Além disso, foi rejeitada, é claro, pelos admiradores de Schelling, Nietzsche, Dilthey e Heidegger.

O livro não encontrou clemência nem mesmo nas análises de Leszek Kolakowski, que o denunciou como o testemunho mais eloquente da involução stalinista no pensamento de Lukács em sua *História do Marxismo*. Também não escapou da crítica de estudiosos recentes do pensamento alemão, como Louis Dumont, que, em seus *Ensaio sobre o Individualismo* e em seu prefácio a um livro de Karl Polanyi, distanciou-se firmemente dessa obra. Mesmo pensadores mais alinhados com a orientação geral do pensamento de Lukács, como Ernst Bloch e Henry Lefebvre, sentiram-se profundamente desconfortáveis com o conteúdo de algumas das análises de Lukács⁴.

Parece-nos, no entanto, incontestável que, mesmo considerando essas objeções, o livro ainda mantém um certo poder de fascínio, embora de natureza negativa. Isso, nos leva a crer que a exploração em torno de *A Destruição da Razão* pode ser realizada em vários níveis. Em primeiro lugar, pode-se enfatizar o aspecto puramente ideológico do trabalho: ao construir uma espécie de mitologia negativa em torno do pensamento filosófico alemão, Lukács procurou evidenciar como, a partir de Schelling, passando por Schopenhauer e Nietzsche até Heidegger, Spengler e Ernst Junger, a filosofia alemã teria experimentado um processo de irracionalização cada vez mais acentuado e furioso, culminando no triunfo da demagogia nacional-socialista. O processo delineado por Lukács, com uma argumentação implacável, procurava detectar nos principais representantes do irracionalismo filosófico alemão do século XIX os indícios antecedentes da decadência intelectual que precedeu a ascensão do nazismo.

No entanto, o livro também apresenta uma vertente, ou um núcleo, mais estritamente filosófico, resultante da sua intenção de conduzir uma crítica imanente ao que ele denomina de pensamento irracionalista. Com isso o livro pretende expor as vulnerabilidades internas desta vertente de pensamento e a possível carência desse tipo de abordagem em relação às demandas de rigor e objetividade. A argumentação de Lukács é, sem dúvida, sustentada pela sua tese fundamental de que o pensamento dialético (como o de Hegel e Marx) representa o ponto mais avançado da reflexão filosófica (ele considera a razão como sinônimo de pensamento dialético): o irracionalismo é caracterizado como uma resposta desviante aos desafios impostos pela complexidade da realidade, uma espécie de contra-resposta destinada a evitar a verdadeira abordagem dialética.

Estamos plenamente cientes de que os dois elementos fundamentais da obra, que aqui rotulamos como o aspecto ideológico (responsável por dar-lhe primordialmente a natureza de um manifesto de combate) e o aspecto propriamente filosófico, estão intrinsecamente entrelaçados ao longo da argumentação lukacsiana. Não existe qualquer

4 Cf. Nicolas Tertulian. *La destruction de la raison trente ans après*. In Réification et utopie : Ernst Bloch et György Lukács un siècle après. Arles : Actes Sud, 1986.

visão de mundo “inocente”, e esta fórmula encapsula efetivamente a ideia central do livro. O autor incansavelmente se empenha em destacar as interconexões entre as posições filosóficas dos pensadores em relação à realidade socio-histórica e a construção de seus pensamentos. É essa firme determinação em estabelecer uma ligação constante entre a escolha sociopolítica do filósofo (seja ela explicitamente formulada ou não) e sua expressão filosófica que confere a *A Destruição da Razão* um lugar distintivo dentro do que poderíamos chamar de uma hermenêutica socio-histórica do pensamento filosófico. O livro se presta a debates instigantes no campo da crítica ideológica e da sociologia do conhecimento. No entanto, talvez seja o aspecto mais rigorosamente filosófico do livro que mereça, sobretudo nos dias de hoje, nossa atenção, considerando os acontecimentos atuais e os novos aspectos do debate entre racionalismo e irracionalismo. Mesmo dentro do quadro conceitual lukacsiano, novos elementos relevantes emergiram desde então, enriquecendo, de certa forma, o cenário filosófico que *A Destruição da Razão* aborda. Primeiramente, destacamos a nova edição das obras de Nietzsche, editada por Colli e Montinari, que busca restituir, com critérios mais rigorosos, a totalidade da obra nietzschiana, bem como a *Gesamtausgabe* das obras de Heidegger (com mais de 60 volumes), na qual os cursos ministrados em Marburg e Freiburg entre 1921 e 1945 representam um corpus de escritos inéditos de indiscutível importância para uma compreensão precisa do pensamento heideggeriano. Dado o papel central que Nietzsche e Heidegger desempenham na análise crítica de Lukács em sua denúncia do irracionalismo de ambos, é legítimo questionar se as teses críticas de Lukács saem fortalecidas ou, ao contrário, enfraquecidas, diante dessa visão ampliada (e por vezes revisada) da produção nietzschiana e heideggeriana.

O tempo decorrido desde a publicação de *A Destruição da Razão* nos permite contextualizar retroativamente a obra em um cenário mais amplo. A ampla luta empreendida por Lukács contra o irracionalismo está longe de ser uma empreitada singular no contexto da filosofia da época, e o próprio conceito de irracionalismo se revela como algo mais substancial do que uma mera ferramenta polêmica, quando consideramos diversos eventos históricos que nos possibilitam compreender as verdadeiras dimensões desse fenômeno. A decisão de Lukács de centralizar sua análise na antítese entre racionalismo e irracionalismo foi considerada heterodoxa em relação à ortodoxia marxista-leninista da época. Em suas entrevistas presentes em seu texto autobiográfico, *Pensamento Vivido (Gelebtes Denken)*⁵, ele relembra que, enquanto Stalin e Jdanov haviam essencialmente reduzido a história da filosofia à luta entre materialismo e idealismo, sua proposta de escrever uma obra que colocasse a contradição racionalismo-irracionalismo no centro da discussão, atraiu críticas severas de alguns espíritos sectários e dogmáticos pertencentes ao establishment socialista⁶.

5 Georg Lukács. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogos*. Tradução de Cristina Alberta Franco, Viçosa: Editora UFV: Ad Hominem, 1999

6 Lukács fazia alusão, provavelmente, entre outros, ao texto publicado por um certo Balogh e reproduzido no livro György Lukács e o revisionismo, publicado em 1960 na RDA (os artigos publicados nas revistas soviéticas teriam o mesmo

Desta maneira, podemos dividir tão polêmica obra em 3 momentos argumentativos: i - uma Introdução, em que Lukács apresenta a sua tese central: “não há uma visão de mundo, uma filosofia, (*Weltanschauung*) inocente”; ii - uma reconstrução histórica das condições materiais objetivas que levaram à Alemanha a ser um campo propício ao desenvolvimento de uma filosofia irracionalista, descrita no primeiro capítulo da obra e também em seu epílogo; iii - a reconstrução das ideias dos filósofos irracionalistas alemães começando por Schelling, passando por Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche e Heidegger, até a chegada ao nazi-fascismo alemão, descritas entre o segundo e o sétimo capítulo da obra. Em nosso segundo momento do texto, tentaremos reconstruir, na forma de esquema, o caminho percorrido por Lukács na 3 parte do Livro.

II - A FILOSOFIA ALEMÃ IRRACIONALISTA: UMA DAS TENDÊNCIAS DA FILOSOFIA BURGUESA

Mas o que significa dizer que não há uma “visão de mundo” ou uma “filosofia” inocente no mundo? Antes de entrarmos na reconstrução das filosofias irracionalistas destacadas por Lukács vale a pena nos valermos de algumas palavras presentes na introdução do livro.

Lukács, concebendo “o irracionalismo como a corrente fundamental e decisiva da filosofia reacionária dos séculos XIX e XX”⁷, faz, logo de início, uma observação que é de visceral importância para a correta avaliação do seu projeto crítico. Diz ele: “uma das teses fundamentais deste livro é a de que não há nenhuma ideologia ‘inocente’”⁸. Com essas expressões, ele deseja destacar que, de forma objetiva, no contexto dos conflitos que moldam a dinâmica da vida social, toda construção ideológica se compromete com as forças sociopolíticas do progresso, do conservadorismo ou da reação, independentemente da vontade subjetiva do pensador que a formula. Lukács exclui a subjetividade filosófica da análise crítica, focalizando apenas a produção e a funcionalidade da ideologia como objeto de estudo. Em outras palavras, para Lukács, o que importa, independentemente da intenção subjetiva do filósofo, é o papel que suas ideias desempenham ao se vincularem a um determinado espectro político, seja por meio de crítica, justificação de posições ou como fundamento. Consciente ou inconscientemente, não existe uma filosofia que esteja “desconectada” da realidade política, econômica e social objetiva. De acordo com o comentário de Andrew Feenberg, essa proposição expressa uma concepção própria de filosofia que Lukács desenvolve desde *História e Consciência de Classe*. Há uma

sentido). Numa carta endereçada, em 1º de outubro de 1959, ao tradutor italiano de seu livro *O jovem Hegel*, R. Solim, ele escreveu a propósito da ideia central de *A destruição da razão*: “Os sectários se mostraram seguramente muito escandalizados que o dogma de Jdanov sobre a oposição entre materialismo e idealismo como único objeto da história da filosofia – dogma tido por eles com aura de santidade – tenha sido ridicularizado e eles tentaram – através das mais grosseiras falsificações de citações – demonstrar o caráter ‘revisionista’ do livro”. Marcando seu desdém pelas críticas desse gênero, as quais à época ressoavam de todos os lados nas revistas oficiais do campo socialista (isto depois de seu retorno da deportação romena), Lukács lembrava a Solim as palavras de Dante a Virgílio: “Non raggionam di lor, ma guarda e passa”.

7 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.10

8 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.04

centralidade da práxis na filosofia lukacsiana. A filosofia nada mais é que uma expressão, no pensamento, de uma prática social. Seja ao adiantar certas tendências do desenvolvimento social, seja para criticá-lo. Filosofia, então, ganha o status de uma prática cultural e política qualquer, e como tal, independente das intenções subjetivas de seus autores irá se vincular a um ou outro campo da luta política⁹.

O irracionalismo moderno, em suas diferentes fases, nasce “como outras tantas respostas reacionárias aos problemas colocados pela luta de classes”¹⁰; a sua característica maior “consiste... em que brota sobre a base da produção capitalista e de sua luta de classes específica primeiro no marco da luta progressista da burguesia contra o feudalismo... e, mais tarde, nas condições do seu combate defensivo e reacionário contra o proletariado”¹¹; resumindo: “o irracionalismo moderno nasce da grande crise económico-social, política e ideológica que marca a transição do século XVIII ao XIX”¹². Ou seja, daquilo que diversos comentadores convencionaram de chamar de “Crise da Cultura”. Na sua evolução, são perceptíveis duas fases: a primeira compreende o caminho que leva de Schelling a Kierkegaard, “o caminho que conduz da reação feudal provocada pela Revolução Francesa à hostilidade burguesa contra a ideia de progresso”¹³, e notabiliza-se pela “luta contra o conceito idealista, dialético-histórico, do progresso”¹⁴; a segunda fase tem por marco 1870 precisamente o tempo da afirmação da hegemonia prussiana, da eclosão da Comuna Parisiense e da emergência do imperialismo — e nela “será a ideologia do proletariado, o materialismo dialético e histórico, o alvo de ataques cuja natureza essencial determinará o ulterior desenvolvimento do irracionalismo. Este novo período encontra em Nietzsche seu primeiro e mais importante expoente”¹⁵.

O fato de Lukács enxergar a evolução do irracionalismo como um todo e identificar as mudanças que ocorrem em seu interior não deve nos levar à conclusão de que o irracionalismo, enquanto corrente filosófica, possui uma história autônoma determinada, ou seja, que surge a partir do desenvolvimento interno de seus problemas. Pelo contrário, reconhecendo uma repetição constante de seus elementos fundamentais: “o desprezo pela inteligência e pela razão, a glorificação direta da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a repulsa ao progresso social, a mitomania, etc”¹⁶. Lukács irá apontar, então, que a forma de desenvolvimento do irracionalismo não é linear e constante, mas sim descontínua e heterogênea, uma vez que em sua visão, o irracionalismo consiste basicamente em uma resposta ou uma reação aos problemas postos pela complexidade social: “o conteúdo, a forma, o método, o tom, etc., de suas reações contra o progresso

9 FEENBERG, Andrew. *The Philosophy of Praxis - Marx, Lukács and the Frankfurt School*, London - UK, Verso Books, 2014

10 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.10

11 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.04

12 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.08

13 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.84

14 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.06

15 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.06

16 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.09

social, não os determina... aquela dialéctica interna e específica do pensamento ; ao inverso, quem os determina é o adversário, as condições da luta que são impostas de fora à burguesia reacionária”¹⁷. De tal forma que “o irracionalismo... não pode ter uma história coerente e única, como se pode constatar no caso do materialismo ou da dialéctica”¹⁸.

Segundo Lukács, a base do irracionalismo moderno se desenvolve entre 1789 e 1848, tendo como principais influências Schelling, Schopenhauer e Kierkegaard. Em seu trabalho *O Jovem Hegel*, Lukács demonstrou como o idealismo objetivo surge como resultado da polémica de Schelling contra Fichte. No entanto, a posição de Schelling sofre uma mudança significativa com sua saída de Jena. Sua mudança para Würzburg, afastando-se de Hegel e Goethe (por quem tinha grande respeito na época, especialmente por sua filosofia da natureza), enfatiza fortemente as tendências místicas e irracionais que já estavam presentes de forma embrionária em seu pensamento. Essas tendências se tornam evidentes quando, em sua filosofia madura, ele faz uma oposição mecânica entre entendimento (*Verstand*) e razão (*Vernunft*) no processo de conhecimento.

No racionalismo do idealismo objetivo não há identificação entre entendimento e razão. É Hegel quem nos esclarece: “O entendimento determina e mantém firmes as determinações. A razão é negativa e dialéctica, porque dissolve as determinações do entendimento; é positiva, porque cria o universal, e nele compreende o particular”¹⁹. No pensamento de Hegel, a transição do entendimento (que consiste sempre na apreensão abstrata dos fenômenos, focando nas suas particularidades específicas) para a razão é um processo claramente compreensível por meio de mediações, o que nos permite chegar à verdade fundamental do concreto. Esta questão é de suma importância e admite apenas duas abordagens: aquela que diferencia entendimento e razão, mas reconhece na razão a faculdade que sintetiza, ultrapassando os limites impostos pela positividade abstrata inerente ao entendimento; ou aquela que equipara, de forma imediata, entendimento e razão.

A primeira abordagem caracteriza o pensamento dialético, enquanto a segunda, cuja forma inicial é a dicotomia rígida entre esses dois termos, resulta na intransigência da razão e, em última instância, na sua redução ao entendimento. Essa segunda abordagem é característica tanto do irracionalismo quanto do racionalismo não dialético (formal). No caso do irracionalismo, essa equiparação leva à degradação da razão, enquanto no caso do racionalismo não dialético, essa identificação mencionada conduz ao agnosticismo, que, quando desenvolvido, leva ao que foi anteriormente descrito como uma certa “incapacidade da razão”. A “destruição da razão” ocorre porque, ao se confundirem os limites do entendimento, que, essencialmente, não pode abordar a contradição inerente ao ser social, com os limites da racionalidade, a razão demonstra sua incapacidade de

17 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.08

18 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.83

19 É o que se lê no prefácio à primeira edição da Ciência da Lógica (cfr. edição castelhana, Ciência de la Lógica, ed. Solar/Hachette, Buenos Aires, 1968, p. 29).

compreender a realidade. Conseqüentemente, a realidade é concebida como desprovida de qualquer coerência lógica. Essa “destruição da razão” ocorre em dois níveis: tanto a capacidade do pensamento racional é desvalorizada quanto a realidade é despojada de uma estrutura e dinâmica lógicas.

É com Schelling que se inicia o processo de desestruturação da razão. Embora ele não equipare entendimento e razão, o que ele efetivamente realiza é estabelecer um conflito irremediável entre os dois, resultando naturalmente na implicação de que o conhecimento do real é inatingível. De fato, a acessibilidade ao real apenas é alcançada por meio do que Schelling denomina como “intuição intelectual”, que se torna o meio de conhecimento predominante. Nas próprias palavras de Schelling, conforme citadas por Lukács: “Este saber deve ser um saber absolutamente livre... ao qual não se chega por nenhuma classe de provas, deduções ou mediações de conceitos em geral; dito de outra forma e de modo mais genérico: uma intuição”²⁰. O caráter reacionário de tal concepção não é apenas evidente em sua teoria subsequente do conhecimento, que tende a ser aristocrática, pois a “intuição intelectual” é reservada para uma elite, mas também se manifesta de maneira marcante em seu misticismo subjacente. Embora inicialmente Schelling argumente que a objetivação da intuição ocorre no domínio estético, com a arte (interpretada de maneira romântica) assumindo o papel de conhecimento privilegiado do mundo, em sua fase posterior, a função artística é diretamente substituída pela religião. Nesse estágio, a Revelação cristã passa a representar a intuição intelectual objetivada.

Com Schopenhauer, que se vincula a um tipo de idealismo subjetivo anterior a Schelling, a defesa da religião desaparece. Segundo Lukács, seu irracionalismo dele, mais consistente do que o de Schelling, introduz uma tendência que se tornará proeminente no desenvolvimento subsequente do pensamento reacionário: ele propõe um ateísmo de natureza singular, que, na realidade, se contrapõe ao materialismo. Essa abordagem estabelece, de fato, os fundamentos de uma religiosidade desprovida de Deus, um tipo de ateísmo religioso que atua como um substituto da religião tradicional, uma “nova religião ateísta” para aqueles que perderam a fé. O abandono da religião positiva, por Schopenhauer, é apenas um dos traços que o distinguem de Schelling. Seguindo na trajetória do irracionalismo reconstruída por Lukács, a filosofia schopenhauriana já representa... uma etapa superior e mais desenvolvida”²¹, e isto porque ela conta “com a base social para um irracionalismo erigido sobre o ser social da burguesia”²² — com ele, aparece “pela primeira vez, e não somente na Alemanha, mas tem plano universal, a variante puramente burguesa do irracionalismo”²³.

É o contexto histórico e social que se manifesta nessa nova perspectiva que justifica a contribuição única de Schopenhauer para o irracionalismo moderno: uma apologia

20 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.117

21 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.158

22 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.161

23 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.158

indireta que representa a forma mais refinada e elevada de apoio ao capitalismo. Lukács esclarece esse impacto de Schopenhauer da seguinte forma:

Enquanto que a apologia direta se esforça por encobrir e refutar sofisticadamente as contradições do sistema capitalista, por fazê-las desaparecer, a apologia indireta parte precisamente destas contradições e reconhece como um facto a sua existência efectiva..., mas procura explicá-las de tal modo que resultem, apesar de tudo, favoráveis para a existência do capitalismo. Enquanto que o apologista direto trata de apresentar o capitalismo como a melhor das ordens concebíveis, como a culminação definitiva e insuperável da evolução da humanidade, o apologista indireto assinala cruamente os lados negativos do capitalismo, suas atrocidades, mas apresentando-os não como características capitalistas, mas como traços inerentes à existência humana em geral, à própria vida²⁴.

Daí decorre, inclusive, o núcleo da filosofia de Schopenhauer, o pessimismo, que, na visão de Lukács, não passaria de uma “justificação filosófica da carência de sentido de toda atuação política”²⁵.

O último passo para a fundamentação do moderno irracionalismo é dado por Kierkegaard, cuja obra, em que, “pese a todos os seus pontos de contacto com a de Schopenhauer..., distingue-se dela, historicamente, na medida em que guarda uma íntima relação com o processo de desintegração do hegelianismo”²⁶. Para Lukács, a relação em questão se torna evidente no comportamento de Kierkegaard, um pensador cuja integridade moral o levou a expressar um profundo sentimento, com tons românticos, de resistência ao capitalismo. Esse sentimento é claramente observado em sua abordagem da herança de Hegel. Enquanto a reflexão burguesa, como a de Schopenhauer, tende a rejeitar totalmente a dialética, ou busca construir uma pseudodialética subjetiva, Kierkegaard adota uma abordagem completamente diferente. Seus questionamentos filosóficos, que ainda ecoam os de Hegel (como evidenciado por sua obsessão pela relação entre o relativo e o absoluto), opta por trilhar o segundo caminho. Eles desenvolvem uma espécie própria de “dialética qualitativa”, retirando da subjetividade concreta a possibilidade de encontrar significado na história, reservando essa capacidade apenas a Deus, um observador inacessível. Assim, é postulada uma ética baseada na intencionalidade, mas essa abordagem inevitavelmente conduz ao solipsismo moral, que, por sua vez, legitima o niilismo. Na evolução do irracionalismo, Kierkegaard ocupa uma posição de grande relevância. Sua importância reside, segundo avaliação de Lukács, na maneira como explorou profundamente o território nebuloso de uma falsa dialética mística “que, ao chegar o momento de sua renovação no período imperialista, já restava muito pouco a acrescentar ao realizado por ele”²⁷.

Porém, a emergência do irracionalismo moderno é um fenômeno característico daquilo que Lukács chamou de fase imperialista, na qual o capitalismo entra no último

24 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.167

25 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.168

26 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.203

27 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.208

quarto do século XIX. Nessa fase, na qual se intensifica consideravelmente o processo de decadência ideológica inerente à cultura burguesa após 1848, na medida em que fica claro a impossibilidade de se cumprir as promessas iluministas de igualdade, fraternidade e liberdade, algumas características novas se manifestam no campo da filosofia.

Em primeiro lugar, pontua o filósofo húngaro, após o declínio do hegelianismo e da tradição dialética, a burguesia não conseguiu mais desenvolver qualquer filosofia progressista. Portanto, as tendências irracionais não têm mais um oponente dentro de uma visão de mundo burguesa. Agora, o principal adversário que o irracionalismo enfrenta são o materialismo histórico e dialético. Portanto, o irracionalismo, como sempre é um resposta a algo, deve agora lidar com questões colocadas por este novo tipo de formulação teórica. Em segundo lugar, o nível do debate filosófico começa a declinar progressivamente. Os irracionaisistas que surgem após 1848 geralmente carecem de uma formação filosófica sólida e tendem a abandonar os princípios científicos mínimos em suas discussões. A necessidade premente de se opor ao materialismo histórico e dialético, em particular ao movimento operário revolucionário, leva os ideólogos irracionaisistas da fase imperialista a se envolverem em especulações confusas e desprovidas de rigor científico.

O fundador do irracionalismo do período imperialista é, segundo Lukács, Nietzsche. Ressaltando sempre que se trata de “um pensador honrado”²⁸ e reconhecendo liminarmente “seus extraordinários dotes pessoais”²⁹, portanto, não cabendo a ele a avaliação que Lukács faz do declínio do rigor nas formulações científicas, Lukács atribui a filosofia de Nietzsche o papel social que consiste em:

em ‘salvar’, em ‘resgatar’... este intelectual burguês [que, sofrendo a decadência, sente-se atraído pela luta do proletariado], em indicar-lhe um caminho que torne desnecessário seu rompimento e até um conflito sério com a burguesia; um caminho através do qual ele possa continuar abrigando, e até acentuando, o agradável sentimento de ser um rebelde, ao opor... à revolução social ‘superficial’ e ‘puramente externa’ uma outra revolução ‘mais profunda’, de ‘carácter cósmico-biológico’. Uma ‘revolução’ que, ademais, deixa inteiramente intocados os privilégios da burguesia e defende, de modo apaixonado, a situação privilegiada da intelectualidade burguesa, imperialista e parasitária; uma ‘revolução’ dirigida contra as massas e que’ dá ao medo que os privilegiados económicos e culturais têm de perder suas prerrogativas uma expressão patético-agressiva em que se disfarça seu egoísmo e seu pavor³⁰.

Aqui, cabe duas observações a respeito da análise de Lukács. O caso de Nietzsche, talvez, seja o que mais expresse a tese central do livro, de que não há uma “visão de mundo” ou “filosofia” inocente. Apesar de ser um pensador honrado, extraordinário e um intelectual rigoroso, a sua filosofia passou a exercer certa “função” de responder a possibilidade de revolução presente no quadro social de maneira conservadora. Esta funcionalidade social

28 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.283

29 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.253

30 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). pp.255-256

confere à filosofia de Nietzsche uma peculiaridade que a torna verdadeiramente canônica para a cultura da burguesia imperialista: “a característica peculiar de Nietzsche consiste em criar uma ideologia aglutinadora para todas as tendências decididamente reacionárias do período imperialista”³¹. Esse amplo movimento de colaboração dentro da corrente reacionária leva Nietzsche a adotar o estilo de pensamento aforismático que naturalmente descarta qualquer tentativa de sistematização. O que, de fato, unifica o pensamento de Nietzsche, na visão de Lukács, não é um sistema coerente, mas sim sua aversão ao socialismo e sua dedicação à promoção de uma Alemanha imperialista. A coerência e a sistematização em seu pensamento são encontradas, na verdade, no contexto social subjacente: elas residem na batalha contra o socialismo³².

A concepção de história desenvolvida por Nietzsche é verdadeiramente inovadora. Enquanto seu mentor, Schopenhauer, via a dialética como um mero “delírio” e defendia uma completa ausência de historicidade, Nietzsche adota uma perspectiva histórica mitificada. Ele é pioneiro, partindo do agnosticismo, ao incorporar a criação de mitos no cerne da cultura. A ambição da história mitificada é alcançar uma “verdadeira objetividade” mais profunda. No entanto, Nietzsche reconhece que o mito é, na realidade, uma construção subjetiva que se apresenta com a pretensão de objetividade. Essa pretensão não pode ser fundamentada de maneira epistemológica e, portanto, só pode ser sustentada por alicerces extremamente subjetivos, como a intuição. Como resultado, o mito é, na melhor das hipóteses, uma pseudo-objetividade.

A pseudo-objetividade proposta por Nietzsche incorpora todos os elementos ideológicos que contribuíram para fundamentar o irracionalismo no período de 1789 a 1848. No entanto, ele os reorganiza e os interconecta de maneira distinta, criando uma nova configuração. Essa reorganização se torna essencial devido às necessidades da cultura burguesa durante sua luta crucial contra o socialismo. Nietzsche introduz uma ética de fundamento inédito e uma alternativa diferente nesse contexto. Sua ética, baseada em uma espécie de darwinismo social, se manifesta de forma explícita como uma moral da dominação. É uma ética exclusiva para as classes possuidoras e não enfrenta os dilemas que afligiram o solipsismo moral de Kierkegaard, por exemplo.

A solução proposta por Nietzsche para a cultura burguesa reside no mito dionisíaco. Ele não busca mais “salvá-la” preservando o homem “normal”, mas sim transformar o tipo decadente em um homem do futuro. Naturalmente, esse futuro também é revestido de elementos mitificados, como a ideia do “eterno retorno” de Nietzsche, que representa, em última análise, o triunfo do ser sobre o devir. Esses novos elementos tornam o irracionalismo adequado às demandas agressivas da burguesia imperialista. Não se trata mais da aparente recusa romântica do mundo capitalista, mas sim da sua aceitação belicosa por meio de um ativismo reacionário. E, na medida em que, assim, “Nietzsche sabe captar e formular

31 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.295

32 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ México, 1968). p.322

em suas obras... alguns dos traços permanentes mais importantes da conduta reacionária durante o período imperialista, na época das guerras mundiais e das revoluções”³³, ele ocupa o lugar fundamental no irracionalismo moderno: não só desbastou o terreno para a filosofia da vida (Lebensphilosophie) das duas primeiras décadas do século XX como, no campo da ideologia, abriu o caminho para Spengler.

III – FILOSOFIA E OUTROS DIAGNÓSTICOS CRÍTICOS

O diagnóstico de Lukács, apesar de virulento na sua faceta de “texto de combate” nos coloca uma questão propriamente filosófica. Para Lukács, a filosofia é uma atividade que responde aos problemas sociais colocados em sua época. Essa concepção de filosofia, tomada como uma prática social, é bastante diferente da concepção corrente de filosofia que se vê como uma grande formuladora teórica do mundo. Para Lukács, essa própria concepção, que separa o fazer filosófico teórico da prática social dada, é fruto da decadência ideológica inerente ao desenvolvimento do capitalismo e uma das facetas do irracionalismo. Há, portanto, uma centralidade da práxis na filosofia lukacsiana. A filosofia nada mais é que uma expressão, no pensamento, de uma prática social. Seja ao adiantar certas tendências do desenvolvimento social, seja para criticá-lo. Filosofia, então, ganha o status de uma prática cultural e política qualquer, e como tal, independente das intenções subjetivas de seus autores, irá se vincular a um ou outro campo da luta política.

Se é assim, nos parece de certa forma sintomático, que tanto as formulações de Lukács, quanto de outros filósofos, em meados do século XX, se voltam para entender um fenômeno social único. Após a Segunda Guerra Mundial, durante a qual a Alemanha nazista desenvolveu um sistema altamente tecnológico e fabril para a destruição de vidas humanas em massa, surgiu uma questão filosófica profunda: como seres humanos racionais poderiam participar ativamente de tamanha atrocidade? Isso levantou dúvidas sobre se a razão tinha algum poder regulador sobre atos moralmente repugnantes e eticamente condenáveis. Essa indagação se insere em um contexto no qual, após a consolidação da modernidade econômica (com o capitalismo) e da modernidade política (com os estados nacionais), havia uma promessa de desenvolvimento dos potenciais humanos através do poder da razão, conforme pregado pelo Iluminismo. Segundo essa corrente, a razão garantiria não apenas a liberdade, igualdade e fraternidade do ponto de vista político, mas também do ponto de vista do conhecimento.

Vimos que, na sua reconstrução do fenômeno do irracionalismo, Lukács elenca alguns motivos que, quando articulados, parecem compor característica do pensamento irracionalista. São eles “a depreciação do entendimento e da razão, a glorificação direta da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a recusa do progresso sócio-histórico,

33 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.385

a criação de mitos, etc.”³⁴. Para realizar esses motivos Lukács irá elencar o método de apologia indireta da sociedade capitalista, onde contradições históricas e sociais são internalizadas e apresentadas enquanto características essenciais dos seres humanos. Assim, ao fazer a crítica radical, o filósofo pode deslocar o foco para sujeito individual e desconsiderar suas condições históricas, sociais, culturais, epistêmicas e políticas.

Essa concepção própria de filosofia nos parece apropriada para pensarmos que não só Lukács e o irracionalismo tiveram que pensar o surgimento de sistemas políticos aberrantes como o fascismo e o nazismo. Essa questão instigou muitos filósofos a se aprofundarem nesse debate no século passado. Dois exemplos notáveis são Hanna Arendt e os pesquisadores da Teoria Crítica do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer.

Arendt desenvolveu a teoria da “banalidade do mal” com base em suas observações no julgamento de Eichmann em Jerusalém. Ela argumentou que um dos fatores que tornaram o nazismo possível foi o envolvimento de pessoas comuns, como Eichmann, na máquina de extermínio nazista. Essas pessoas perderam a capacidade de manter um diálogo ético interno e passaram a tratar atos terríveis como algo trivial, banalizando o mal³⁵.

Por outro lado, Adorno e Horkheimer argumentaram que havia algo intrínseco na razão que permitia seu desvio do caminho iluminista, um limite em sua capacidade de garantir liberdade, igualdade e fraternidade. Eles destacaram a reificação crescente das relações humanas como resultado do processo de racionalização das esferas da vida, transformando a razão em uma ferramenta instrumental e não reflexiva que poderia justificar atrocidades³⁶.

Desta maneira pensamos que as problemáticas colocadas por Lukács e a sua forma própria de encarar a filosofia nos ajuda a pensar fenômenos e práticas contemporâneas como o fechamento do arquivo Lukács em Budapeste, ou diversos outros fenômenos presentes em nossa realidade política brasileira recente. Acreditamos que essa breve apresentação de um problema pode nos ajudar a colocar questões. A principal delas talvez seja: a filosofia contribui para o processo de destruição da razão? E como os motivos apresentados por Lukács se articulam neste processo de destruição? Pensamos que tais questões podem nos ajudar em nosso debate na medida em que nos fazem questionar o próprio fenômeno: como é possível, já no século XXI, após todas as experiências históricas vividas pela humanidade, haver fenômenos de irracionalismo generalizados nas sociedades contemporâneas.

34 El Asalta a la Razón (ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968). p.15

35 ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

36 ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (1985), Dialética do Esclarecimento. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (1985), **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

FEENBERG, Andrew. **The Philosophy of Praxis - Marx, Lukács and the Frankfurt School**, London - UK, Verso Books, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência de la Lógica**, ed. Solar/Hachette, Buenos Aires, 1968

WEISS, János. Lukács Archives. In: **Krisis - Journal of Contemporary Philosophy**. Issue 2 - Marx from the Margins: A Collective Project, from A to Z. 2018, pp.99-101.

LUKÁCS, Georg. **El Asalta a la Razón**. Ed. Grijalbo, Barcelona/ /México, 1968

LUKÁCS, Georg. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogos**. Tradução de Cristina Alberta Franco, Viçosa: Editora UFV: Ad Hominem, 1999

NÁRAI, Róbert. The Destruction of History. In: **Jacobin**, Issue 29. Spring, 2018. Access in: <https://jacobinmag.com/2018/02/lukacs-hungary-archives-marxism>

TERTULIAN, Nicolas. La destruction de la raison trente ans après. In.: **Réification et utopie : Ernst Bloch et György Lukács un siècle après**. Arles : Actes Sud, 1986.

COMPORTAMENTO POLÍTICO ENTRE OS LATINO-AMERICANOS

Data de aceite: 01/11/2023

José Vitor Lemes Gomes

Doutor em Ciências Sociais pela UFJF.
Professor na Universidade do Estado de
Minas Gerais.

Bruna Hana Santos Paixão

Graduanda em Pedagogia na UEMG/
Cláudio. Bolsista do projeto.

RESUMO: Esse artigo consiste em uma análise de dados relativos à algumas variáveis do comportamento político: a confiança política (confiança nas instituições e confiança interpessoal), a percepção da corrupção, os hábitos de informação sobre política, a participação política e o apoio a democracia. Trata-se de avaliar os padrões de comportamento político entre os latino-americanos, avaliando se tais padrões são favoráveis a consolidação e o desenvolvimento da democracia no continente. A pesquisa desenvolvida nesse projeto teve como objetivo descrever os padrões de comportamento político na América Latina, buscando compreender as possíveis associações das variáveis do comportamento político. Essa descrição foi viabilizada através da análise de dados levantados e disponibilizados pela ONG Latinobarómetro.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, confiança, comportamento político.

ABSTRACT: This article consists of an analysis of data relating to some variables of political behavior: political trust (trust in institutions and interpersonal trust), perception of corruption, information habits about politics, political participation and support for democracy. It involves evaluating patterns of political behavior among Latin Americans, assessing whether such patterns are favorable to the consolidation and development of democracy on the continent. The research carried out in this project aimed to describe the patterns of political behavior in Latin America, seeking to understand the possible associations of political behavior variables. This description was made possible through the analysis of data collected and made available by the NGO Latinobarómetro.

KEYWORDS: Democracy, trust, political behavior.

INTRODUÇÃO

Esse texto consiste em um relatório de pesquisa. Trata-se de uma pesquisa submetida e aprovada pelo Edital 06/2022 PIBIC¹-FAPEMIG²-UEMG. Projeto coordenado pelo Professor José Vitor Lemes Gomes que contou com o auxílio da bolsista Bruna Hana Santos Paixão.

A pesquisa desenvolvida nesse projeto teve como objetivo descrever os padrões de comportamento político na América Latina, buscando compreender as possíveis associações das variáveis do comportamento político. Essa descrição será viabilizada através da análise de dados levantados e disponibilizados pela ONG Latinobarómetro.

O comportamento político é um fenômeno complexo composto por opiniões, atitudes e condutas dos atores frente às questões políticas (MEYNAUD E LANCELOT, 1966). A formação/efetivação do comportamento político depende de percepções, valores, crenças (cultura) frente ao sistema político (regime autoritário ou democrático, as instituições etc.). As principais variáveis do comportamento político avaliadas nessa pesquisa serão: a confiança política (confiança nas instituições e confiança interpessoal), a percepção da corrupção, os hábitos de informação sobre política, a participação política e o apoio a democracia.

A corporação Latinobarómetro é uma ONG sem fins lucrativos com sede em Santiago no Chile. Trata-se de um instituto de opinião pública voltado para investigação do desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em seu conjunto. O Latinobarómetro realiza pesquisas quantitativas de opinião pública (survey), aplica anualmente cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, tais amostras representam mais de 600 milhões de habitantes. As pesquisas do Latinobarómetro foram iniciadas em 1995. A partir de 1996 o trabalho de campo do Latinobarómetro passou a incluir 17 países latino americanos.

Em 2004, com a inclusão da República Dominicana, o número de países pesquisados chegou a 18. Desde então as amostras anuais, superiores a 20.000 entrevistados, incluem representantes das populações da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, do Equador, de El Salvador, da Guatemala, de Honduras, do México, da Nicarágua, do Panamá, do Paraguai, da República Dominicana, do Uruguai e da Venezuela. Em 2018 o Latinobarómetro aplicou 20.204 entrevistas presenciais em 18 países entre os dias 15 de junho e 02 de agosto. Esse total de entrevistas foi distribuído entre os 18 países no intuito de compor amostras representativas das populações nacionais de cada país. A margem de erro é de cerca de 3% para a amostra de cada país (Latinobarómetro, 2018, 3). O banco de dados encontra-se disponível no site da instituição para manuseio em software estatístico.

¹ Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

² Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Essa pesquisa tem como objetivo descrever os padrões de comportamento político entre os latino-americanos, avaliando se tais padrões são favoráveis a consolidação e o desenvolvimento da democracia no continente. Diversos estudos (TOCQUEVILLE, 1979; ALMOND E VERBA, 1989; PUTNAM, 2006; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008) indicam que a adesão dos cidadãos ao regime democrático está associada a determinadas variáveis do comportamento político como: a confiança política (confiança nas instituições e nos concidadãos), percepção da corrupção, hábitos de informação e participação política (disposição para participar da vida comunitária). Desse modo, consideramos as seguintes hipóteses:

- I. Nos contextos em que os indicadores da confiança nas instituições são menores, também são menores os indicadores de apoio a democracia.
- II. Nos contextos em que a percepção da corrupção é maior, os indicadores de apoio a democracia tendem a ser menores.
- III. Nos contextos em que os hábitos de informação sobre política são menores, são menores os indicadores de apoio a democracia.
- IV. Nos contextos em que os indicadores de participação política são menores, também são menores os indicadores de apoio a democracia.

Os padrões do comportamento político variam em diferentes contextos. Diferentes contextos implicam em variações ao longo do tempo e do espaço, ou seja, as variações ao longo dos anos, e de país para país. A análise leva em conta vários países do continente em mais de 10 anos, isto é, de 2006 até 2018. O banco de dados do Latinobarómetro contém dados que viabilizam avaliar variações nos padrões do comportamento político em diferentes países e períodos, ou seja, a variação contextual é suficiente para testar as hipóteses.

JUSTIFICATIVA

Pesquisas no âmbito da Ciência Política (ALMOND E VERBA, 1989; PUTNAM, 2006) evidenciam que o comportamento político dos cidadãos possui associação significativa com a consolidação e a qualidade do regime democrático, assim como no funcionamento das instituições políticas. O funcionamento das instituições democráticas é melhor viabilizado quando os cidadãos apresentam determinadas disposições comportamentais.

Para Almond e Verba (1989) a cultura cívica seria um tipo híbrido de cultura política, marcada por ampla participação popular e pela congruência entre cultura e estrutura política. Almond e Verba (1989) sustentam que a democracia norte-americana era caracterizada por um alto grau de disposição para participação política e para o associativismo, traduzidos no conceito de cultura cívica, isto é, um complexo cultural que depende da existência de cidadãos bem informados, dotados de confiança mútua e nas instituições; da valorização da igualdade e do predomínio das relações horizontais; do cultivo da solidariedade e da cooperação comunitária.

Robert Putnam (2006) evidência que o bom desempenho das instituições democráticas é afetado pelos padrões de comportamento político da população. O autor desenvolveu pesquisas sobre a evolução de reformas políticas na Itália por duas décadas, constatando que o projeto de descentralização administrativa democratizante foi mais eficiente nas regiões do norte do que nas regiões do sul do país devido aos contrastes de diferentes padrões de cultura política. O estudo de Putnam corrobora o argumento de que a compreensão de qualquer fenômeno político depende, em parte, de variáveis comportamentais. As diferenças entre o desempenho institucional no norte e no sul da Itália comprovam que fenômenos políticos dificilmente são alterados apenas em função de leis, decretos ou reformas institucionais, mas tais mudanças são melhor viabilizadas se houverem disposições culturais e comportamentais favoráveis.

As pesquisas mencionadas enfatizam o aperfeiçoamento da democracia como regime político, indicando que o comportamento político é uma variável relevante para o sucesso do mesmo. Desse modo, **essa pesquisa se justifica** na importância de se descrever o comportamento político no intuito de compreender suas possíveis associações com os dilemas da democracia na América Latina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O comportamento político é um fenômeno complexo composto por opiniões, atitudes e condutas dos atores frente às questões políticas. A formação/efetivação do comportamento político depende de percepções, valores, crenças (cultura), das necessidades e interesses (economia), do sistema político (regime autoritário ou democrático).

No âmbito conceitual e teórico o comportamento passou a ser abordado como objeto de estudo da política no século XX quando alguns estudiosos norte-americanos passaram a considerar a interdisciplinaridade da Ciência Política com a Sociologia e a Psicologia. Esse movimento teórico no campo da Ciência Política é reconhecido como comportamentalismo e teve impulso a partir da recepção do behaviorismo e da influência de intelectuais alemães que introduziram teorias como as de Weber e Freud no contexto acadêmico estadunidense. De acordo com Pasquino (2010, 186) “os comportamentalistas sustentam que a análise política há de estar voltada para o estudo e observação do homem como um ator político e examinar não só suas ações, como também suas motivações, suas atitudes, suas expectativas, suas tendências, suas observações...”.

Meynaud e Lancelot (1966) descrevem o comportamento político em suas três dimensões (variáveis componentes): A opinião (comportamento verbal), a atitude (disposição para agir de determinada maneira) e a conduta (o comportamento efetivo, a ação em dado momento). O comportamento político pode ser conhecido através de suas variáveis componentes (opiniões, atitudes e condutas) pelas quais o ator expressa crenças, valores, conhecimento (mais ou menos informados sobre política), percepções, ideologias,

interesses e necessidades, tal como outros fatores fundamentais para o comportamento. Muitas das pesquisas sobre comportamento não têm acesso às condutas efetivas dos informantes. Por isso resta recorrer às declarações verbais dos entrevistados como fonte de conhecimento das opiniões e atitudes que são indicadores de disposições para condutas efetivas.

O comportamento político, tal como toda experiência humana, se dá em uma situação que terá efeito relevante sobre ele. A atitude, portanto, "...não pode nem deve ser separada do conteúdo da situação com que o indivíduo se confronta, de seu conteúdo social..." (MEYNAUD & LANCELOT, 1966,15). Portanto a devida compreensão do comportamento político dos cidadãos deve se dar através do levantamento de suas experiências pessoais no meio social vivenciado por esse indivíduo. Entre todas as condições contextuais vivenciadas pelos indivíduos deve-se considerar o seu background socioeconômico: a família, a classe social, a religião, a renda, a profissão, o local de residência, a escolaridade, o nível de conhecimento da política, bem como os hábitos de informação sobre a política. Todas essas dimensões da vida social compõem a situação na qual se inserem os indivíduos e terá forte influência para seus comportamentos.

O comportamento político é condicionado por inúmeros fatores, entre os quais destacamos os fatores culturais e econômicos. Desse modo considera-se duas teorias explicativas do comportamento político: a Teoria da Cultura Política e a Teoria da Escolha Racional.

A abordagem culturalista da política pressupõe que o comportamento dos cidadãos é influenciado pela cultura, a qual tem o papel de definir quais são as práticas políticas aceitas e toleradas em uma sociedade³. Desse ponto de vista, a cultura cumpre o papel de uma das variáveis indispensáveis para o entendimento das dos padrões comportamentais que desencadeiam os principais fenômenos políticos, entre os quais a corrupção. Estudos com esse viés remetem ao clássico estudo de Tocqueville, *A Democracia na América* (1979). Tocqueville (1979) exalta a cultura como fonte da democracia na América. Ao buscar entender a democracia no novo mundo, o pensador francês encontra a resposta nos hábitos e costumes que guiaram a organização social e política entre os americanos.

Apesar dos argumentos culturais que Tocqueville utiliza para explicar a política, é só no século XX que se efetiva uma teoria específica para relacionar cultura e política, isto é, a Teoria da "Cultura Política", corrente de estudos inaugurada a partir das ideias de Almond e Verba (1989). O conceito "cultura política" designa:

...o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objetos fenômenos políticos. Assim poderemos dizer, a modo de ilustração (...) a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentimento de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas... (GIACOMO, 2010,306).

3 De acordo com essa perspectiva, as instituições políticas só serão eficazes quando os comportamentos predominantes estiverem em sintonia com as práticas prescritas e aceitas pelas normas institucionais, pois em caso contrário, as instituições encontrariam grandes dificuldades para serem efetivadas.

A teoria da cultura política surgiu nos Estados Unidos durante a década de 1960 e teve como seu marco fundador a obra *The civic culture* (1989) de Gabriel Almond e Sidney Verba. A inovação dessa nova corrente de estudos foi a de considerar a cultura como variável digna de análise para o entendimento do comportamento político. Almond e Verba (1989), no entanto, não se referiam a um contexto de cultura geral que designasse todas as crenças, explicações, atitudes e esquemas de ação, mas, apenas, ao âmbito da cultura que se refere à política.

O termo cultura política se refere especificamente às orientações políticas – atitudes dirigidas ao sistema político em suas várias partes e atitudes dirigidas aos papéis do sistema. Nós falamos de cultura política tal como nós falamos de uma cultura econômica ou cultura religiosa. Trata-se de um conjunto de orientações dirigidas a um conjunto específico de objetos e processos sociais. (ALMOND & VERBA, 1989, 12)⁴

O foco de Almond e Verba (1989) é a dimensão subjetiva da política, isto é, o sistema de crenças e significações politicamente partilhadas pela perspectiva dos agentes sociais. Nesses termos a cultura política será fundamental para pensarmos o comportamento dos cidadãos frente à corrupção, afinal, tal comportamento resulta das crenças e significados que a população partilha sobre a corrupção na política e da sua capacidade de ação frente à mesma.

O estudo de Robert Putnam, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (2006), é emblemático, pois evidencia os possíveis descompassos entre a cultura política e modernização institucional em uma democracia. Putnam observou o desenrolar de reformas modernizantes nas instituições políticas da Itália durante vinte anos. Esse estudo foi iniciado na década de 1970 quando a Itália passou por uma descentralização administrativa de Roma para vários governos regionais recém-criados e eleitos. O objetivo do autor foi saber até que ponto o desempenho institucional seria dependente do contexto social que envolve a cultura local de cada região italiana. Putnam (2006) demonstra, ao longo de sua obra, que a defasagem de desempenho institucional das regiões meridionais, em relação às regiões setentrionais da Itália, se deveu primordialmente às diferenças culturais entre as duas partes do país.

O estudo de Putnam reforça o argumento de que a compreensão de qualquer fenômeno político depende, em parte, de variáveis culturais. As diferenças entre o desempenho institucional no norte e no sul da Itália comprovam que fenômenos políticos dificilmente são alterados apenas em função de leis, decretos ou reformas institucionais. Grandes mudanças políticas demandam fundamentos culturais afinados com as inovações, por isso, em determinados casos, a mudança política requer a modificação de crenças, valores e atitudes que culminem na efetivação de novos hábitos e disposições por parte da multidão de cidadãos que compõe uma sociedade política.

⁴ Tradução livre.

Putnam (2006) indica que nas regiões do norte italiano, onde a descentralização administrativa foi mais bem-sucedida, prevalece entre os cidadãos a maior disposição para participação em práticas associativas; os cidadãos possuem mais hábitos de informação sobre política, logo são mais esclarecidos; prevalece maior confiança nas instituições políticas, assim como é maior a confiança mútua. Tais disposições comportamentais são compreendidas pelo autor como fatores que viabilizaram o sucesso da descentralização administrativa democratizante. Essa compreensão é reforçada pelo fato de que nas regiões do sul italiano ocorre associação inversa, ou seja, o insucesso da reforma institucional se deu em um cenário de escassez daquelas disposições comportamentais abundantes nas regiões setentrionais do país.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

A pesquisa em desenvolvimento nesse projeto possui a finalidade descritiva sobre o comportamento político dos latino-americanos. De acordo com Gil (2014) o método descritivo tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Trata-se de descrever o comportamento político dos latino-americanos no que se refere às seguintes variáveis: confiança política, percepção da corrupção, hábitos de informação, participação política e apoio a democracia. A pesquisa proposta objetiva avaliar as variações do comportamento político em diferentes países latino-americanos, ao longo de mais de 20 anos, buscando compreender se tais variações ocorrem como previsto na hipótese. Se esse for o caso será possível constatar a associação das variáveis ao longo do tempo e em diferentes países, ou seja, a elevação do apoio a democracia ocorre em contextos em que se elevam a confiança política, os hábitos de informação, a participação política e quando se reduz a percepção da corrupção.

Essa pesquisa possui uma abordagem quantitativa. De acordo com Richardson (2014), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Trata-se de avaliar os dados disponibilizados pelo instituto Latinobarómetro que adota como técnica de pesquisa um survey formulado com questões de múltipla escolha para uma amostra representativa da população latino-americana, aplicado anualmente desde 1995 em vários países do continente.

O banco de dados do Latinobarómetro encontra-se disponível para download em seu site, em arquivos ZIP, operacionalizáveis nos softwares estatísticos SPSS, Estado, SAS, R, em espanhol e inglês, com dados dos anos de 1995 a 2020. Essa pesquisa visa operacionalizar os dados, no intuito de selecionar questões alinhadas com as variáveis centrais desse projeto, isto é, confiança política, percepção da corrupção, hábitos de informação, participação política e apoio a democracia. Será possível estabelecer relação

entre os temas de diferentes variáveis, descrever frequências ao longo dos anos para amostra continental e de países específicos, estabelecer médias entre diferentes países e compilar sua evolução ao longo dos anos. O professor proponente se compromete a treinar o aluno bolsista para o manuseio dos softwares mencionados.

Considerando as hipóteses e objetivos traçados nesse projeto, a pesquisa tem como prioridade: Avaliar a evolução dos indicadores das variáveis do comportamento político entre os latino-americanos (confiança política, percepção da corrupção, hábitos de informação, participação política e apoio a democracia) no intuito de avaliar se o apoio a democracia diminui nos contextos (épocas e países) em que se reduz a confiança política, os hábitos de informação, a participação política e quando se aumenta a percepção da corrupção. Os dados estatísticos disponibilizados pelo Latinobarómetro permitem a realização dessa análise considerando a variação dos indicadores entre diferentes países latino-americanos ao longo de mais de 20 anos.

RESULTADOS

Apoio à democracia

Baqueiro (2003) entende que se configurou no Brasil uma cultura política de caráter híbrido que combina predisposições favoráveis à democracia e negatividade sobre suas instituições. Essa contradição poderia estar levando a um declínio da adesão a democracia por parte da população? Moisés (2008) sugere que a desconfiança e a insatisfação geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia. Tais fatos estariam colocando o apoio da população à democracia em risco? Os dados apresentados a seguir e os acontecimentos políticos dos últimos anos podem ajudar nessa reflexão.

Para Moisés (1995) as transformações da estrutura política com a redemocratização foram acompanhadas por profundas mudanças na cultura política dos brasileiros. Porém o autor ressalta que a renovação da cultura política no Brasil encontra limites na desigualdade social, no caráter incompleto da modernização econômica e na insuficiência de lideranças políticas. Muitos brasileiros estariam insatisfeitos com a democracia devido a frustração em relação a tais problemas, persistentes apesar da redemocratização. Trata-se de uma percepção equivocada, afinal a democracia não é a causa dos problemas, pois esses já existiam desde o regime autoritário.

Os dados a seguir corroboram as teses apresentadas acima (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; 1995), ou seja, ocorre uma preferência pela democracia simultânea a desconfiança nas instituições políticas. O gráfico 1 evidencia que, entre os anos de 2006 e 2018, a maioria dos latino-americanos manifestaram preferir a democracia a qualquer outra forma de governo.

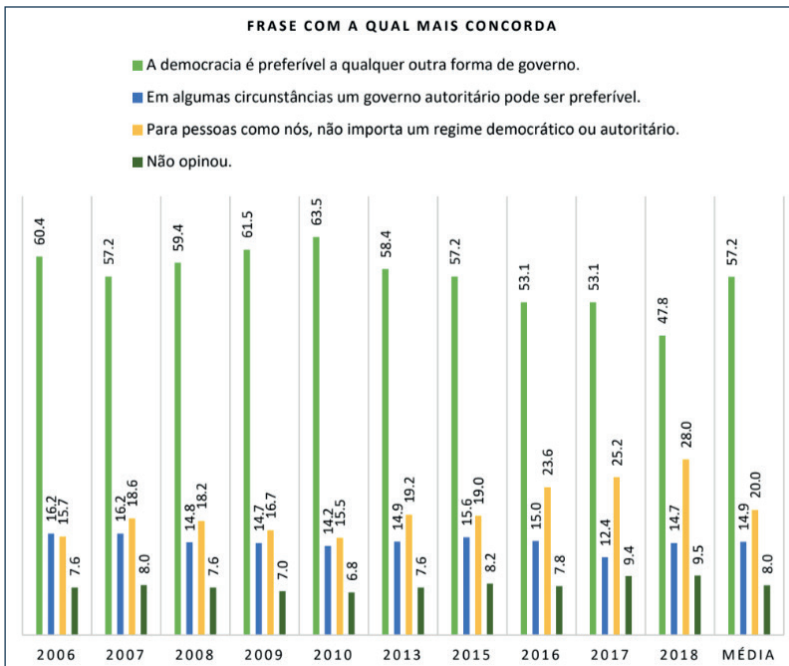


Gráfico 1: Democracia ou autoritarismo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

Apesar dos dados de preferência pela democracia serem significativos, a satisfação com o regime democrático no continente latino-americano é baixa. Na média da série histórica (2006-2018) apenas 9,3% manifestaram satisfação com a qualidade da democracia no continente. O gráfico 2 evidencia que a maioria dos entrevistados se manifestam “não muito satisfeito” com a democracia.

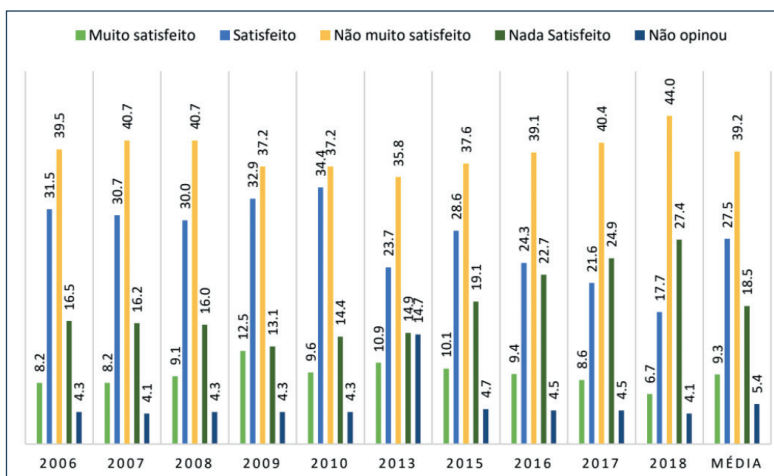


Gráfico 2: Satisfação com a democracia.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

Os dados apresentados demonstram uma contradição, isto é, ao mesmo tempo que a maioria dos latino-americanos prefere a democracia a qualquer outra forma de governo, não se encontram satisfeito com os regimes democráticos tal como esses estão consolidados em seus países. O objetivo dessa pesquisa é avaliar a quais fatores estariam associados a baixa satisfação com a democracia. Entre as hipóteses consideramos que a escassez de confiança (interpessoal e nas instituições); a elevada percepção da corrupção; a escassez de hábitos de informação e de participação política, seriam fatores associados a insatisfação com a democracia. Iniciamos a avaliação com o levantamento dos indicadores de confiança, descritos na próxima seção.

(Des)confiança

(Des)confiança interpessoal

O gráfico 3 evidencia que prevalece a desconfiança mútua entre os cidadãos latino-americanos. Em todos os anos da série histórica analisada (2006-2018) mais de 70% dos entrevistados concordam com a frase de que uma pessoa nunca é suficientemente cuidadosa no trato com os demais. Por outro lado, os respondentes que preferem concordar com a frase “pode-se confiar na maioria das pessoas” nunca ultrapassa ¼ da amostra. De acordo com a literatura (PUTNAN, 2006) a escassez de confiança interpessoal evidencia a improbabilidade de disposição para cooperação em causas e projetos de interesse coletivo, o que dificulta a consolidação de uma democracia mais participativa.

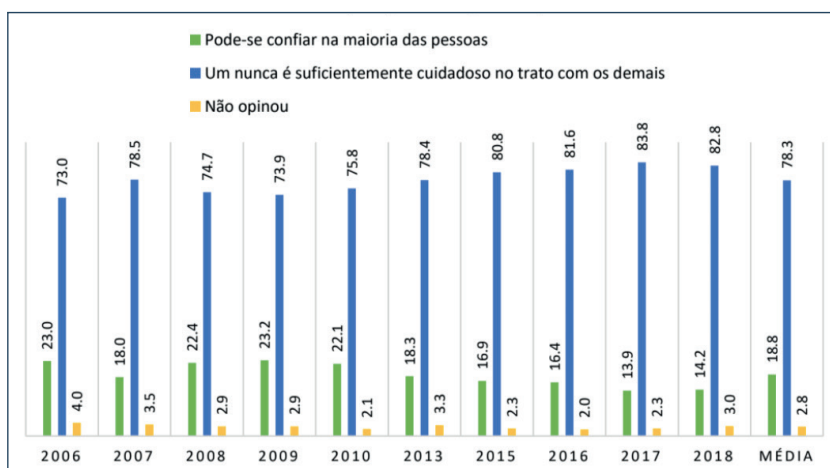


Gráfico 3: (Des)confiança interpessoal.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

(Des)confiança nas instituições

O que os dados sugerem quanto à confiança nas instituições? Seleccionamos dados sobre a confiança nas três instituições fundamentais do regime democrático, isto é, o judiciário, o legislativo e o executivo. Os resultados revelam baixa confiança nas instituições entre os latino-americanos.

No gráfico 4 constam os indicadores de confiança na justiça (poder judiciário). Fica evidente a prevalência de pouca confiança na justiça, com a ressalva de que a partir de 2013 cresce consideravelmente o percentual daqueles que declaram nenhuma confiança no judiciário, sendo que em 2017 e 2018 esses formam maioria na amostra.

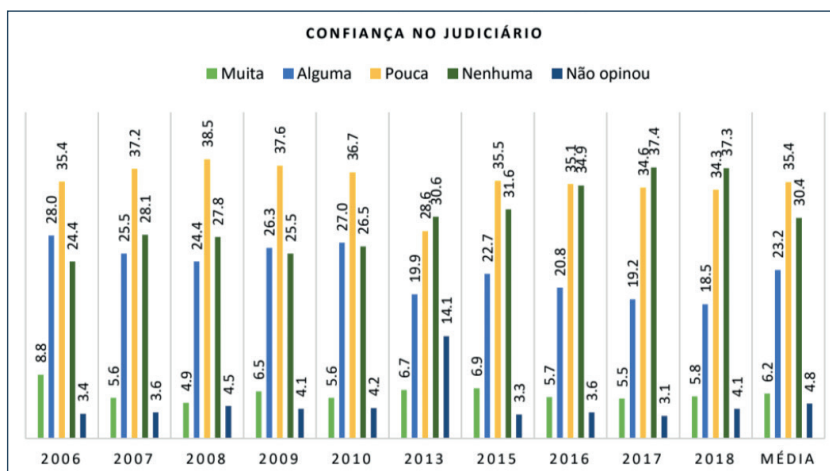


Gráfico 4: (Des)confiança na justiça.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

No que se refere a confiança no legislativo se repete o mesmo padrão de desconfiança no judiciário, ou seja, prevalecem aqueles que manifestam pouca confiança na instituição em questão (congresso nacional). O gráfico 5 evidencia que em 2013 o percentual dos respondentes que manifestam nenhuma confiança no congresso forma maioria e isso se repete em 2017 e 2018.

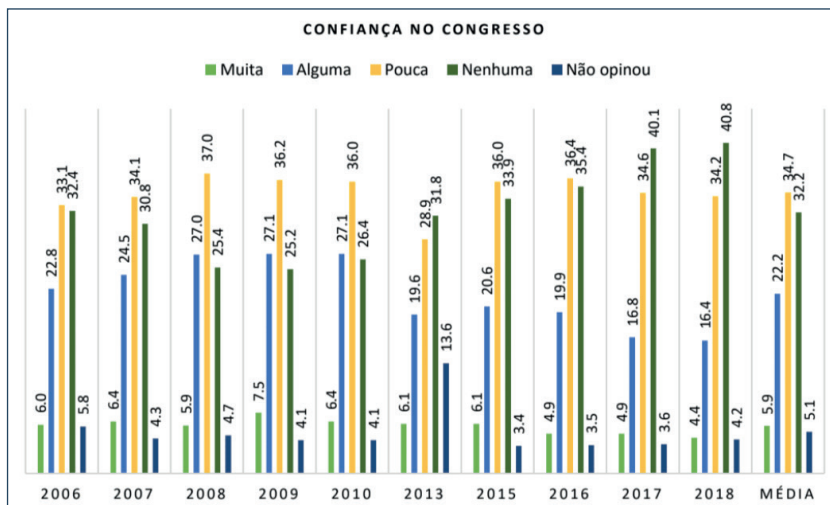


Gráfico 5: (Des)confiança no legislativo nacional.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarômetro. (2023).

Considerando o gráfico 5, cabe destacar que é ínfimo o percentual dos respondentes que manifestam muita confiança no poder legislativo. O mesmo pode ser observado em relação ao poder executivo. O gráfico 6 evidencia que, na média da série história (2006-2018), a maioria dos respondentes manifestou pouca confiança no governo (executivo federal). No entanto, o percentual daqueles que indicam nenhuma confiança no governo passa a crescer consideravelmente a partir de 2013 e formam maioria a partir de 2016.

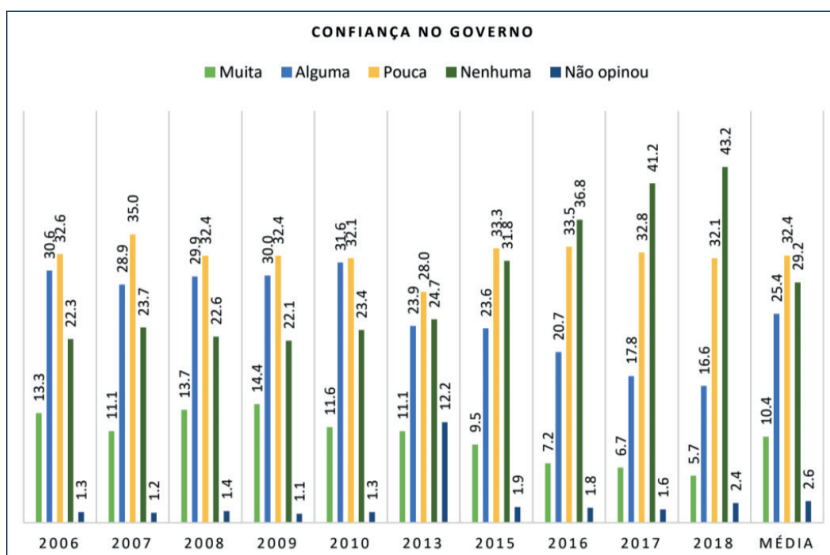


Gráfico 6: (Des)confiança no governo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarômetro (2023).

Além da avaliação dos três poderes, cuja consolidação e independência é fundamental para democracia, procuramos avaliar a confiança dos cidadãos em outra instituição fundamental do regime democrático, isto é, os partidos políticos. Nesse caso, o grau de desconfiança é mais grave. No gráfico 7, ao considerarmos a média da série histórica (2006-2018), o percentual daqueles que indicam nenhuma confiança nos partidos forma maioria, seguidos pelos que apontam pouca confiança. É notável que o crescimento da desconfiança nos partidos políticos se intensifica consideravelmente a partir de 2015, apesar de sempre ter sido grande.

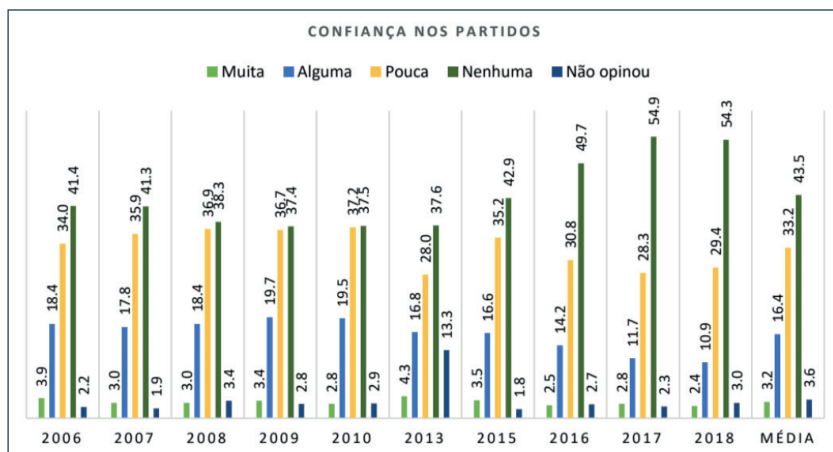


Gráfico 7: (Des)confiança nos partidos políticos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

É notável que o diagnóstico da literatura da Ciência Política (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 1995; 1998...) é corroborado pelos dados do Latinobarómetro. Persiste no Brasil e na América Latina uma desconfiança generalizada nas instituições políticas e os dados apresentados indicam que esse problema tem se agravado nos últimos anos. Merece destaque o fato de tais dados serem elevados ao mesmo tempo que é elevada a insatisfação com a democracia. Ao observarmos a evolução dos dados entre 2015 e 2018 é perceptível o crescimento da insatisfação com a democracia e da desconfiança em relação as instituições democráticas, o que sugere uma associação entre tais variáveis.

Percepção da corrupção

Na série histórica (2006-2018) do Latinobarómetro a questão que se repetiu em todos os anos foi: “você ou sua família souberam de algum ato de corrupção”? É notável que a maioria dos respondentes indicaram não terem sabido de algum ato de corrupção. Tais dados podem levar a crer que a percepção da corrupção é baixa entre os latino-americanos, mas ao avaliarmos outras questões sobre o tema constata-se o contrário.

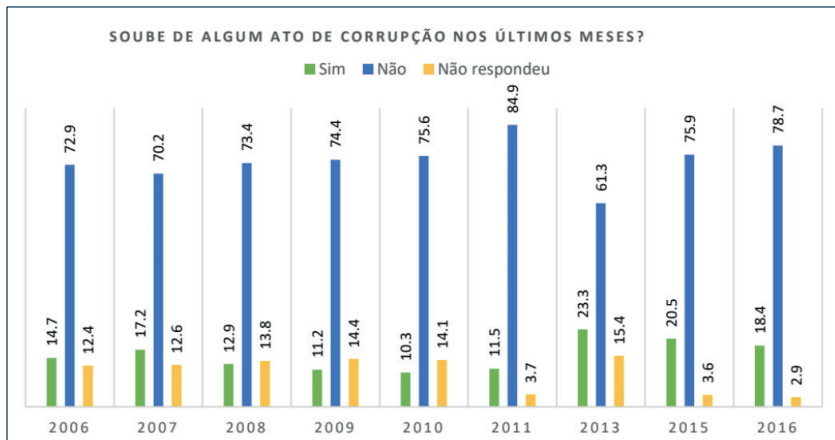


Gráfico 8: Soube de algum ato de corrupção nos últimos meses?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Ao serem questionados se percebem progresso na redução da corrupção nas instituições do Estado, a maioria dos respondentes indicam “pouco” ou “nada” no progresso da redução da corrupção. Essa questão não foi repetida em todos os anos da série histórica (2006-2018), mas nos quatro anos em que foi aplicada resultou em uma percepção de pouco avanço no combate a corrupção.

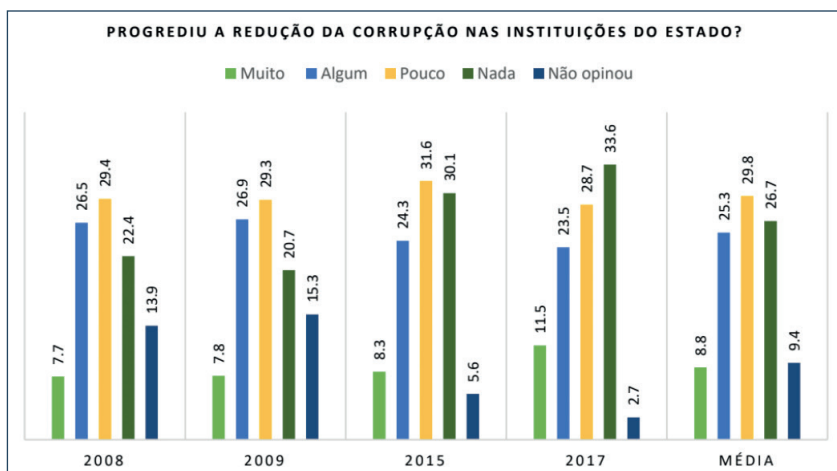


Gráfico 9: Progresso na redução da corrupção nas instituições do Estado.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

No ano de 2016 foi aplicada a questão: “A corrupção aumentou muito no último ano?” Mais de 60% dos respondentes indicaram que aumentou pouco ou um pouco. Esse dado evidencia uma considerável percepção da corrupção nos países latino-americanos.

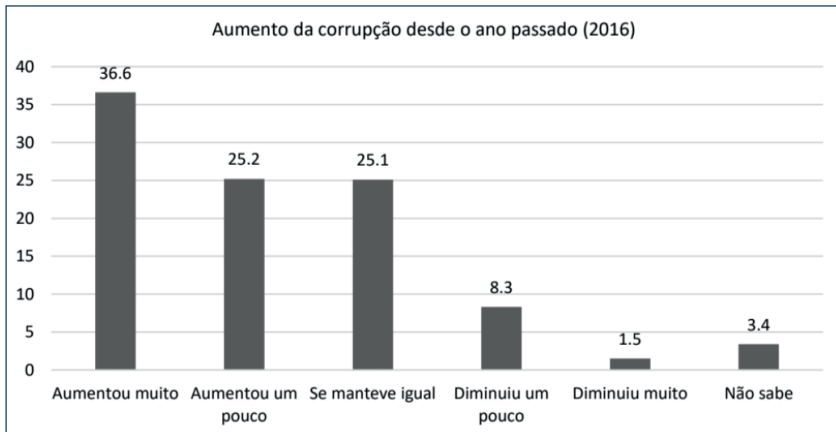


Gráfico 10: Percepção do aumento da corrupção no último ano (2016)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Ainda no ano de 2016, ao serem questionados se percebem a corrupção em diferentes grupos, os respondentes manifestaram considerável percepção da corrupção entre os funcionários da presidência, entre os parlamentares, entre os funcionários públicos, entre os juízes e entre os empresários. A questão demonstra que os latino-americanos percebem corrupção não apenas entre os políticos que ocupam cargos eletivos, mas também entre funcionários de carreira do Estado e entre os empresários (setor privado). Esse dado permite compreender que há, entre os latino-americanos, uma percepção de corrupção generalizada na sociedade.

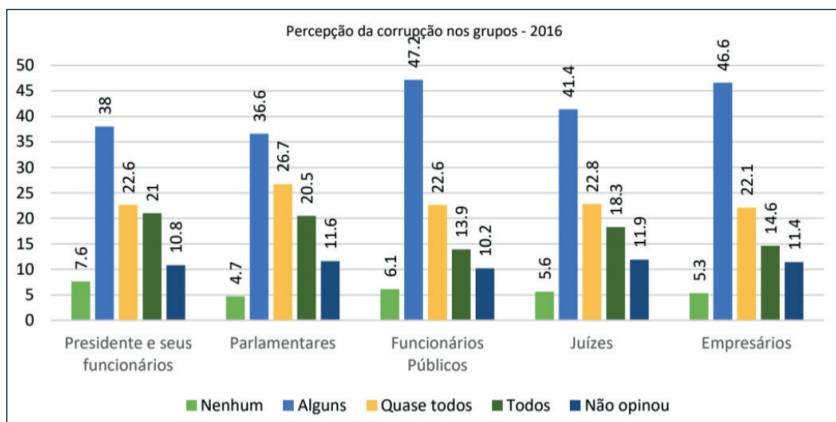


Gráfico 11: Percepção da corrupção em diferentes grupos – 2016

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

No ano de 2017 foi aplicada a questão: Como o governo tem atuado na luta contra a corrupção? Mais da metade dos respondentes entendem que o governo atua mal ou muito mal na luta contra a corrupção. Revela-se um pessimismo em relação ao combate à corrupção expresso na percepção de que o governo não está comprometido com o enfrentamento da questão.

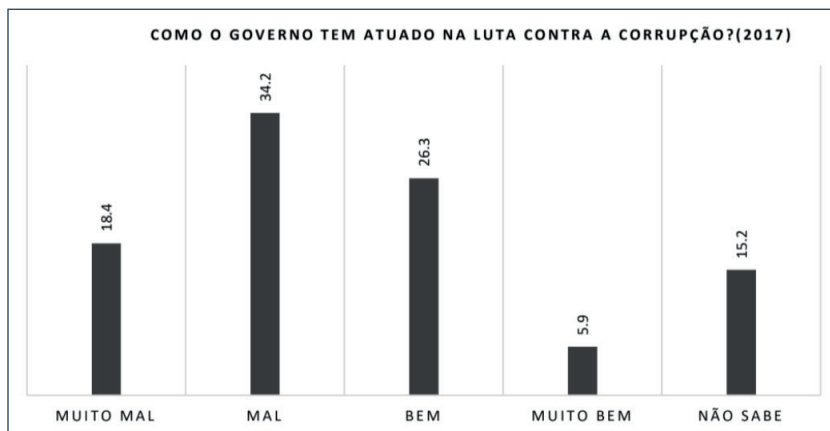


Gráfico 12: Como o governo tem atuado na luta contra a corrupção? (2017)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Os dados sobre percepção da corrupção permitem concluir que há, entre os latino-americanos, uma considerável percepção de que ocorre muita corrupção em seus países e de que essa prática é generalizada em diferentes grupos.

Hábitos de informação

Inspirada nas pesquisas apresentadas pela literatura da Ciência Política, essa pesquisa visa avaliar os hábitos de informação sobre política entre os latino-americanos. As pesquisas mencionadas evidenciam que a informação afeta o comportamento político. Desse modo, cabe avaliar, através dos dados do Latinobarómetro, se as variações nos hábitos de informações dos latino-americanos estão associadas a variações na confiança política e no apoio a democracia. Trata-se de testar a hipótese proposta: nos contextos em que os indicadores de hábitos de informação são maiores simultaneamente é maior o apoio a democracia, ou seja, cidadãos mais bem informados tendem a apoiar com mais intensidade o regime democrático.

A disposição para se informar sobre um assunto é maior entre as pessoas interessadas naquele assunto. O interesse por política indica uma tendência de hábitos de informação mais consolidado. No caso dos dados apresentados a seguir, revela-se um baixo grau de interesse por política entre os latino-americanos. Se somar-se os “muito interessados” e os “interessados”, constata-se a maior taxa de interesse no ano de 2007, 31,3% dos respondentes. Além disso, o percentual daqueles que se declaram “nada interessados” por política é sempre o maior nos quatro anos levantados.

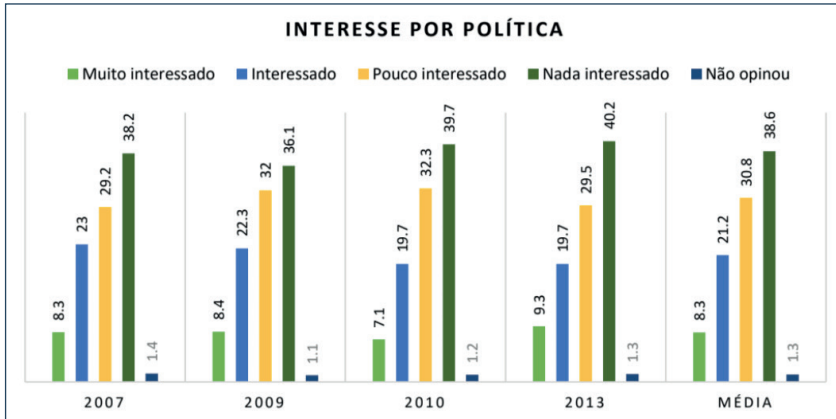


Gráfico 14: Interesse por política.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O baixo grau de interesse por política manifesto pelos respondentes sugere que os hábitos de informação não sejam os ideais para um elevado nível de entendimento sobre a política. Nos anos considerados a internet se consolida como o mais usual meio de comunicação para informar sobre política.

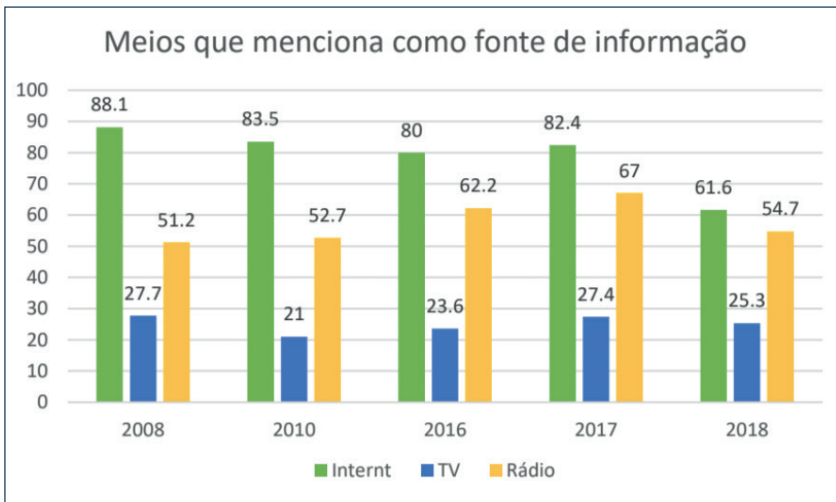


Gráfico 15: Meios mencionados como fonte de informação sobre política (%).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O hábito de conversar sobre política pode ser uma fonte alternativa de informação, afinal as pessoas podem trocar informações em suas conversas. Os dados do gráfico 16 revelam que o tema da política faz parte de suas conversas em família, com amigos e colegas de trabalho.

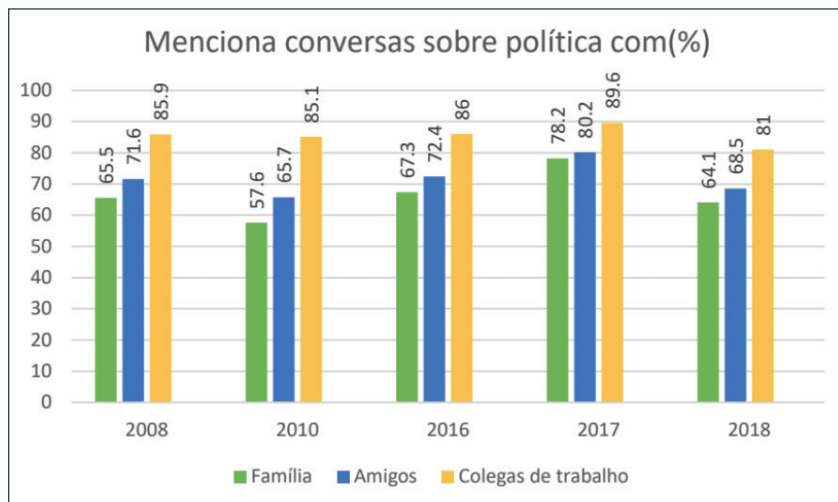


Gráfico 16: Como se informa sobre política? Mencionam conversas com (%):

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Os dados levantados sobre os hábitos de informação revelam que predomina entre os latino-americanos baixo grau de interesse por política, que se informam mais pela internet do que pela TV ou rádio e que a política é um tema tratado nas conversas com parentes amigos e colegas de trabalho. No entanto tais dados não permitem compreender a qualidade da informação entre os respondentes. Os dados sugerem que os respondentes foram expostos a conteúdos relativos à política, através dos meios de comunicação de massa e de conversas com outras pessoas, mas não esclarecem quanto a qualidade da informação.

Participação política

A participação política implica em diversas formas de engajamento dos cidadãos a ações coletivas em favor de interesses comunitários. A adesão associações civis (como por exemplo associações de moradores, associações religiosas, etc.), a sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, engajamento em coleta de assinaturas e diversas outras formas de ação coletiva em prol do interesse coletivo. A disposição para votar nas eleições, bem como a valorização do voto secreto é outra evidência relevante da participação política. A participação política é essencial para consolidação democrática. É através das diversas formas de participação que os cidadãos podem formular e expressar suas preferências.

Para Dahl (2012), a democracia deve ser aprofundada além das garantias plenas de oposição partidária ao governo, pois isso, por si só, não garante o desenvolvimento da opinião pública, o que depende da "...responsividade do governo às preferências de seus concidadãos, considerados como politicamente iguais" (DAHL, 2012, 25-26). Nesse caso

todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas de: formular suas preferências; expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou coletiva; e de ter suas preferências igualmente consideradas na condução do governo.

No tópico 6.6.2 desse relatório de pesquisa constam dados que evidenciam o baixo grau de confiança nas instituições democráticas. Desse modo, é de se esperar que a maioria dos respondentes apresentem baixa disposição de adesão e participação política. Nesse sentido, os dados do gráfico 17 corroboram a hipótese, ou seja, o número de respondentes filiado a um partido político é baixo, a maioria nunca pertenceu a um partido.

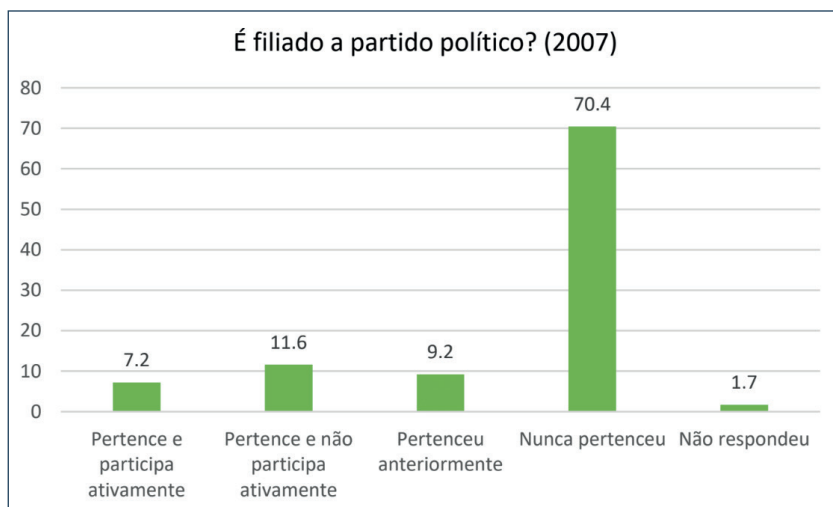


Gráfico 17: Participação através da filiação a um partido político.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

A baixa participação através da filiação a partidos políticos é persistente ao longo dos anos (2011-2016) e independe da posição do partido em relação ao governo (situação ou oposição). Em média, mais da metade dos respondentes nunca se filiou a um partido. É importante lembrar que o grau de confiança nos partidos políticos, entre os respondentes é baixo, fator que pode estar associado a baixa adesão dos mesmos a tais instituições.

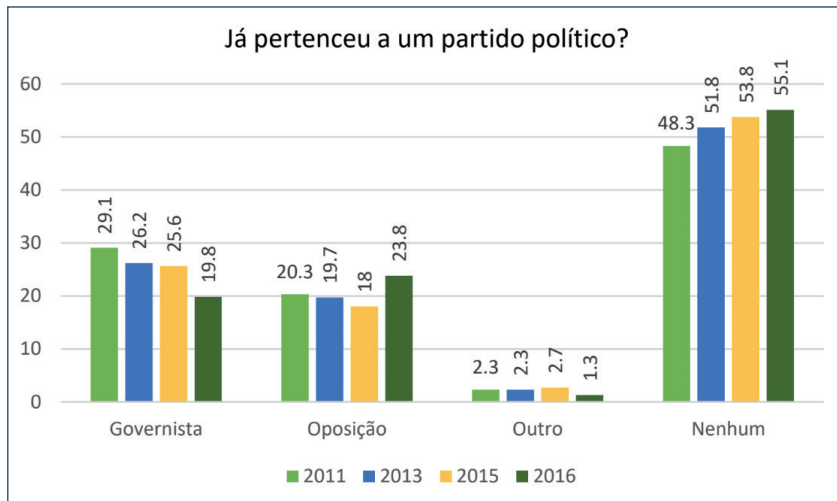


Gráfico 18: Filiação à partidos (2011-2016).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

A participação política pode ocorrer fora das instituições políticas, através de assinaturas em petições, da participação em manifestações populares, ou mesmo através do voto. Mesmo nesses casos, a participação dos latino-americanos não é elevada. A maioria dos respondentes nunca sequer assinou uma petição.

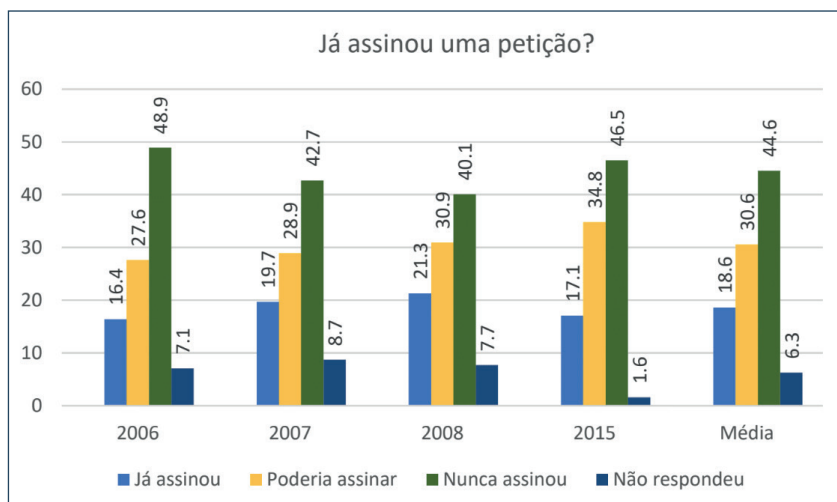


Gráfico 19: Assinar petições.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O percentual de respondentes que afirmaram já ter participado de manifestações populares autorizadas não ultrapassa os 20% (1/5 da amostra) considerando 4 anos em que a questão foi aplicada. Tais dados evidenciam a baixa participação política entre os latino-americanos.

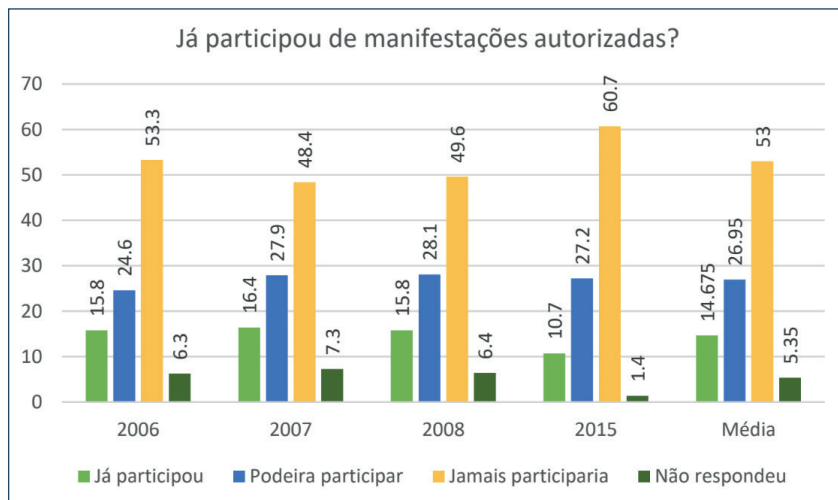


Gráfico 20: Participação em manifestações autorizadas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O reconhecimento da importância do voto (forma de participação política) não é uma atitude majoritária entre os respondentes. Mais de 60% dos respondentes não mencionam o voto como requisito da boa cidadania. Apesar disso, os dados indicam que o comparecimento eleitoral foi de, no mínimo, 73,6% dos respondentes.

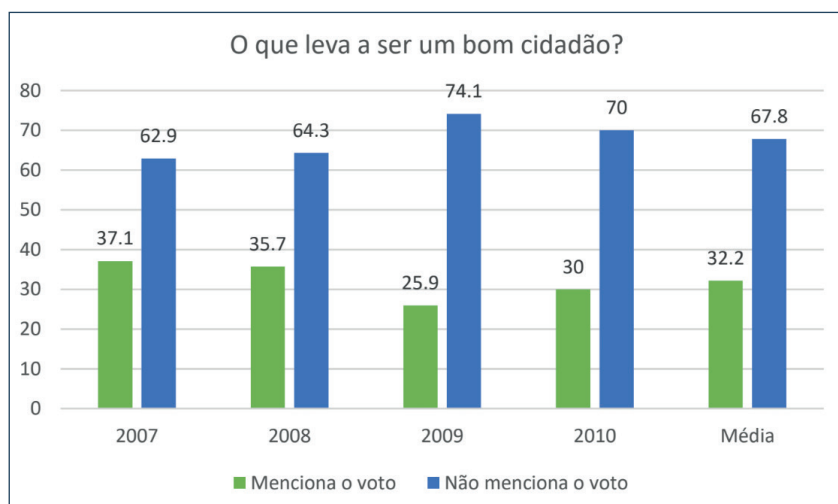


Gráfico 21: O voto é requisito da boa cidadania?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Apesar de a maioria não mencionar o voto como requisito da boa cidadania, os dados indicam que o comparecimento eleitoral foi de, no mínimo, 73,6% dos respondentes, tal como explicito no gráfico 22.

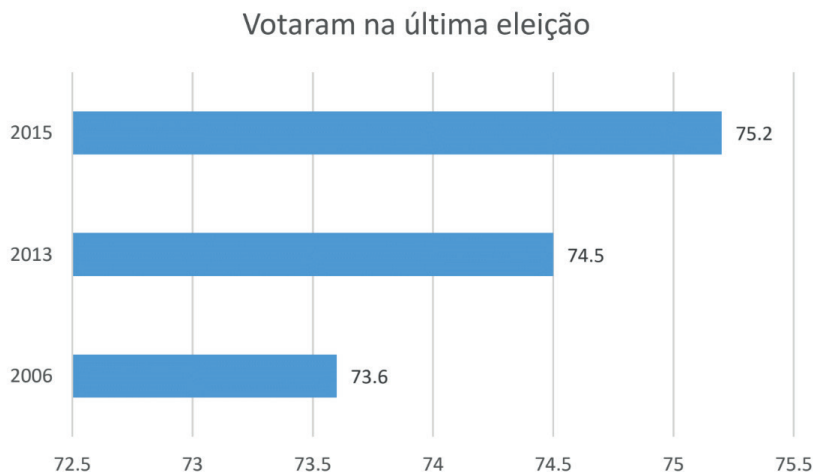


Gráfico 22: Votou na última eleição?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O comparecimento eleitoral cresce discretamente entre os anos de 2006 e 2015. Pode-se dizer que o comparecimento eleitoral é razoável, mas considerando os dados do gráfico 21, é possível considerar que o voto não é concebido como uma forma de participação política tão relevante para os respondentes.

Considerando os dados apresentados pode-se considerar que o hábito de participação política entre os latino-americanos não é elevado do ponto de vista quantitativo. É razoável supor que a desconfiança em relação às instituições políticas, a elevada percepção da corrupção e os consideráveis índices de satisfação com a democracia estejam associados, como um desestímulo, à participação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados levantados sobre a satisfação com a democracia e a confiança nas instituições evidenciam que a hipótese 1 é parcialmente corroborada pelos dados, ou seja, a baixa satisfação com a democracia é simultânea ao baixo grau de confiança nas instituições democráticas. Os dados indicam baixo grau de confiança no judiciário, no legislativo nacional, no governo e nos partidos. Ao mesmo tempo os indicadores de satisfação com a democracia evidenciam que a maioria dos respondentes se mostram não muito satisfeitos ou pouco satisfeitos.

A baixa satisfação com a democracia também é simultânea a considerável percepção da corrupção. A maioria dos respondentes indicaram perceber a existência de corrupção em diferentes grupos (funcionários da presidência, parlamentares, funcionários públicos, juízes e empresários). Ainda manifestaram que percebem pouco progresso no combate da corrupção, crescimento da mesma e mal desempenho do governo no seu combate. Possivelmente o baixo grau de confiança nas instituições está associado a percepção da corrupção nas mesmas, assim como a baixa satisfação com a democracia pode estar associada a tais variáveis do comportamento político. Tais constatações corroboram parcialmente a hipótese II, isto é, nos contextos em que a percepção da corrupção é maior, os indicadores de apoio a democracia tendem a ser menores.

No que se refere aos hábitos de informação sobre política é notável o baixo grau de interesse por política manifesto pelos respondentes. É esperado que pessoas menos interessadas em um assunto se informem menos sobre o mesmo. Considerando os dados do gráfico 14, encontra-se que na média dos valores de 4 anos (2007, 2009, 2010, 2013), 69,4% dos respondentes manifestaram-se pouco ou nada interessados por política. Os dados evidenciam que o baixo interesse por política é simultâneo ao baixo grau de satisfação com a democracia. Nessas condições a hipótese III só pode ser corroborada parcialmente, pois o levantamento não apresenta dados conclusivos sobre a qualidade da informação sobre política entre os respondentes.

Os dados ainda evidenciam o baixo grau de participação política entre os respondentes. Mais de 70% nunca pertenceram a um partido político (gráfico 17). Na média, mais de 18,6% já assinaram uma petição (gráfico 19). Na média, apenas 14,6% já participaram de manifestações (gráfico 20). Na média, 67,8% não mencionam o voto como um requisito da boa cidadania. Tais dados são evidências de uma baixa disposição para participação política. Nessas condições, pode-se afirmar que a hipótese IV é parcialmente corroborada, pois os indicadores de baixa participação política são simultâneos aos indicadores de insatisfação com a democracia.

Portanto, é notável que a pesquisa levantou inúmeros dados relativos ao comportamento político entre os latino-americanos. Tais dados revelam que a considerável insatisfação com a democracia é simultânea a elevadas taxas de desconfiança nas instituições política e a elevada percepção de corrupção. A insatisfação com a democracia ainda é simultânea com os indicadores que sugerem baixa disposição para informação e participação política. No entanto, é importante reconhecer que, apesar de tudo, os latino-americanos ainda preferem a democracia a um governo autoritário (gráfico 1). Os dados vão de encontro ao argumento de Baquero (2003) de que se configurou no Brasil uma cultura política de caráter híbrido que combina predisposições favoráveis à democracia e negatividade sobre suas instituições.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua Nova, São Paulo nº39, 1997. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ln/a/Lr4PhhhK8GzcBSL7MCTdfnC/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: set, 2023

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, nº21, nov. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8zCdyj9qYKBWcQVWJ3M8Swq/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: set, 2023.

CASTRO, M. M. M. de. & NUNES, F. Candidatos corruptos são punidos? Accountability na eleição brasileira de 2006. Opinião pública, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/T4rVp8pzqgDN9nKPRVwTzNK/>> . Acessado em: set, 2023.

DAHL, R. A. Poliarquia. São Paulo: Ed. USP, 2012.

FUKS, M & PEREIRA, F.B. Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. RBCS, Vol. 26, nº76, junho, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/KkfhXj7pTd9NbgjKsbv4Pvf/?lang=pt>> . Acessado em: set, 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

LATINOBARÓMETRO. Fonte de dados. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp?Idioma=0&CMSID=Datos&Idioma=0&CMSID=Datos> . Acessado em: Set, 2023.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2018. Fonte: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp> . Acesso em 08/07/2022>.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2020. Fonte: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em 20/08/2022.

MEYNAUD, J. & LANCELOT, A. As atitudes políticas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 23, Fev, 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/SwtcNzKgzLJYNQsbyy63VQI/?format=pdf&lang=pt>> . Acessado em: Set, 2023.

MOISÉS, J. Á. Os brasileiros e a democracia. *São Paulo: Ática, 1995.*

POWER, T. & JAMISON, G. Desconfiança política na América Latina. Opinião pública, Campinas, Vol. XI, nº 1, Mar, 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/jV6pyLnCYRYwRp4bGwJpZMF/>> . Acessado em: Set, 2023.

POWER, T; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre a corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. Revista Sociologia Política, Curitiba, 21, Nov, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/rX543j76HhXWmCF99rtBcnC/?format=pdf&lang=pt>> . Acessado em: Set, 2023.

TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América. Coleção Os Pensadores. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PASQUINO, G. Comportamentalismo. In: BOOBIO, Norberto et. al. (orgs.) Dicionário de Política. 13ª edição. Brasília: UnB, 2010.

PUTNAN, R. Comunidade e democracia: a experiência italiana moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

TURGEON, M; RENNÓ, L. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil. Opinião Pública, Campinas, Vol.16, nº1, Jun, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/kFBtWkMhvysTWcNrNJ8F3mw/abstract/?lang=pt> > .Acessado em: Set, 2023.

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior -UNIFIMES - Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014) e Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-2023). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 tese de doutorado, 15 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas (IFAM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC -

Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica da Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

REGINALDO PEIXOTO: Possui graduação/licenciatura em Letras/Português pela Universidade Estadual de Maringá (2000), graduação/Licenciatura em Arte e Educação pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (2009), graduação/licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José (2015), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2013) e doutorado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Atualmente é professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná (20h), professor efetivo na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - 40h) curso de licenciatura em Ciências Biológicas (disciplinas pedagógicas), na Unidade Universitária de Mundo Novo, no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação PGEDU, na Unidade Universitária de Paranaíba e professor permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação PROFEDUC, na Unidade Universitária de Campo Grande. Coordenador do Pibid do curso de Pedagogia EaD-UEMS. Pesquisa a formação de Professores no Estado de Mato Grosso do Sul, tem experiência na área de Arte, Gênero, sexualidades e diversidades e formação de professores.

<https://orcid.org/0000-0001-7452-7962>

CLÁUDIA PATRÍCIA NUNES ALMEIDA: Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (2003) e mestrado em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES (2020). Atualmente é professora de língua portuguesa e literatura do Instituto Federal do Amapá- IFAP. É doutoranda em ensino pela UNIVATES/RS. Membro do grupo de pesquisa CEM (Currículo, espaço e movimento) e bolsista CAPES/CNPq. Desenvolve trabalhos artísticos e culturais na área literária. Escritora e Poeta.

A

A língua inglesa 66

C

Ciência política 41, 42, 51, 54

Comédia nova 2, 8

Comportamento político 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 54, 61

Comunicação 1, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 55, 56

Confiança 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 57, 60, 61

Contingência 12, 14, 15, 16, 17, 18

Cultura 10, 30, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 61, 62, 64, 65

D

Democracia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 54, 56, 60, 61, 62, 63

Distribuição da razão 66

E

Escola 20, 26, 64

Escravidão romana 1, 2

F

Filosofia burguesa 29

Formação 15, 17, 34, 40, 42, 64, 65

I

Identidade profissional 66

Indivíduo 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 43

L

Luhmann 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

R

Razão 13, 19, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 66

República romana 1, 2, 4

S

Sociedade 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 37, 40, 43, 44, 53, 62, 64


T

Teatro romano 1, 2, 7, 8, 9


Teoria luhmanniana 11, 12, 16

REFLEXÕES sobre a SOCIEDADE HUMANA:

Perspectiva Filosófica e Sociológica

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

REFLEXÕES sobre a SOCIEDADE HUMANA:

Perspectiva Filosófica e Sociológica

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br